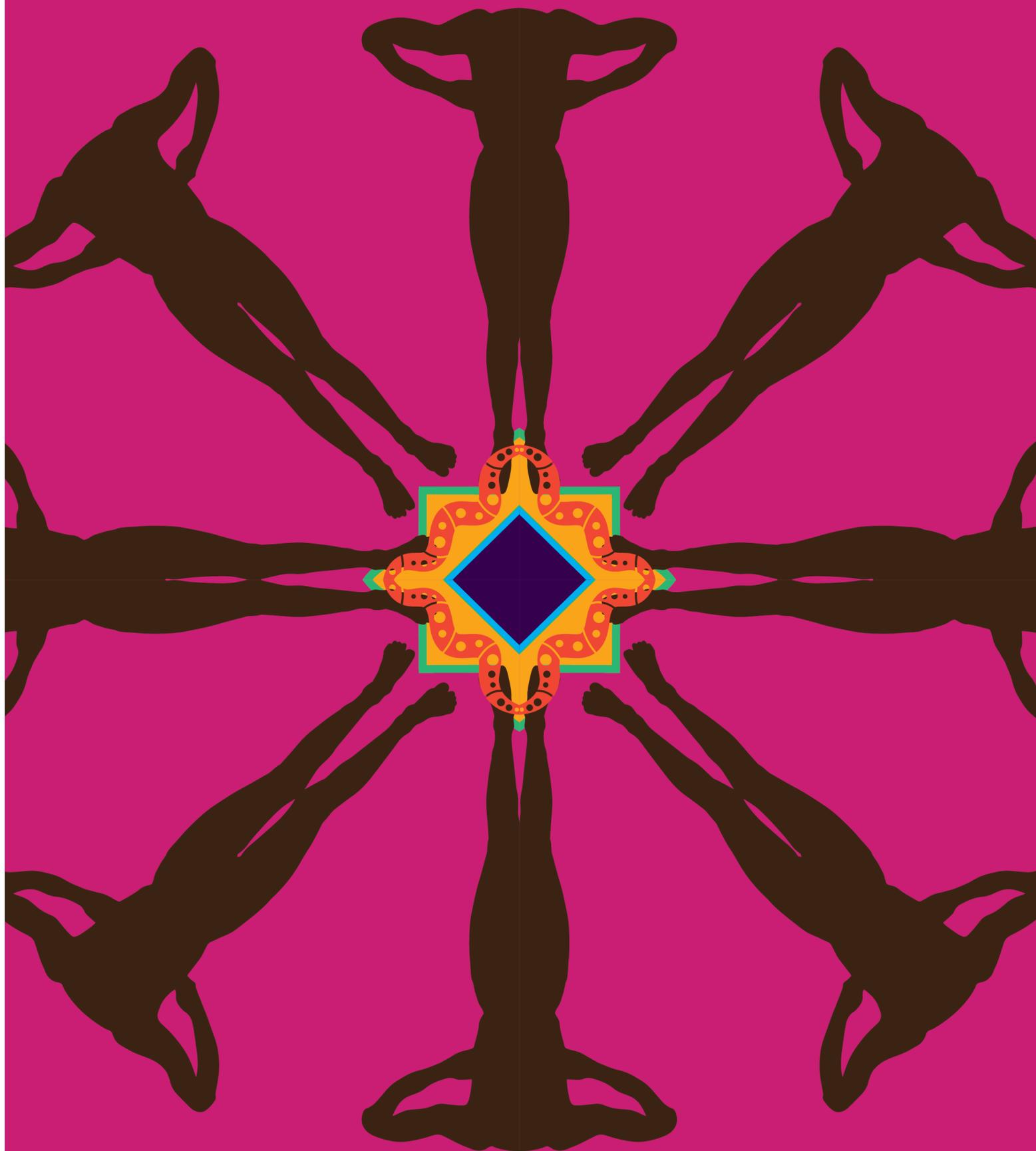


# VISUALIDADES ANTIRRACISTAS DE MULHERES NEGRAS



**NO CARIRI CEARENSE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO – UFPE  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES  
VISUAIS – UFPB/UFPE  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, TEORIA E PROCESSOS DE  
CRIAÇÃO EM ARTES VISUAIS



EDILANIA VÍVIAN SILVA DOS SANTOS

**VISUALIDADES ANTIRRACISTAS DE MULHERES NEGRAS NO CARIRI  
CEARENSE**

JOÃO PESSOA – PB  
2019

EDILANIA VÍVIAN SILVA DOS SANTOS

**VISUALIDADES ANTIRRACISTAS DE MULHERES NEGRAS NO CARIRI  
CEARENSE**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Linha de pesquisa em: História, Teoria e Processos de Criação em Artes Visuais.  
Orientador: prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento  
Coorientador: prof. Dr. Milton Silva dos Santos

JOÃO PESSOA – PB  
2019

EDILANIA VÍVIAN SILVA DOS SANTOS

**VISUALIDADES ANTIRRACISTAS DE MULHERES NEGRAS NO CARIRI  
CEARENSE**

Apresentado e aprovado pela banca examinadora em:

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento (orientador) – UFPB

---

Prof. Dr. Milton Silva dos Santos (coorientador) – UFPB

---

Profa. Dra. Renata Aparecida Felinto dos Santos (examinadora externa) –  
URCA

---

Profa. Dra. Maria Emília Sardelich (examinadora interna) – UFPB

JOÃO PESSOA – PB  
2019

A minha família por sempre me motivar a seguir meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao Divino e a todas as forças de luz que me guiaram nesta trajetória.

A CAPES, pela bolsa que me concederam para desenvolver a presente pesquisa.

A minha mãe, Cicera Santos; meu pai, Otávio Rodriguês; minha irmã, Edvânia Santos; meus irmãos, Oriscélio Santos e Orisleudo Santos, e a minha tia, Simone Conceição, pelo amor, paciência e confiança que me conferiram.

Ao meu grande amigo e irmão Carlos Robério, pela valiosa amizade e carinho.

Aos professores do PPGAV, em especial, a meus orientadores, prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento e prof. Dr. Milton Silva dos Santos, pela dedicação e paciência.

A professora Dra. Renata Aparecida Felinto dos Santos e a professora Dra. Maria Emília Sardelich, por terem aceitado o convite para participar da banca trazendo suas importantes colaborações para enriquecimento do trabalho.

E para todos aqueles que colaboraram em alguma medida.

Gratidão a todos!

## RESUMO

Esta pesquisa decorre de problematizações relativas às narrativas visuais de mulheres negras do Cariri cearense, tendo por base a pesquisa autobiográfica e a produção de visualidades nas redes sociais, com ênfase na página do *Facebook* do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa). Objetiva apontar as raízes culturais arraigadas à ideia de raça/racismo; para isso, foi feita uma revisão histórica sobre este conceito. A Cultura Visual foi a abordagem teórica e metodológica escolhida para essa investigação, por refletir sobre a produção, recepção e fruição de imagens vinculadas a vários contextos. Foi realizada uma reflexão por meio da história de vida da autora, observando a encarnação do racismo e suas atitudes de resistência diante desse discurso performado por meio de fotografias. Partindo do mesmo pressuposto, foram analisadas as visualidades publicadas no *Facebook* do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa). A escolha do respectivo grupo justifica-se por serem conterrâneo da autora e experienciarem os mesmos atravessamentos da cultura racista local. O referido grupo se intitula como coletivo feminino empoderado que exerce seu ativismo na região do Cariri cearense em prol do feminismo negro, da história, da identidade, da poesia e na luta contra racismo e sexismo. Os discursos e simbologias obtidos pelos estudos das visualidades autobiográficas e do ciberativismo do grupo em questão apresentam o racismo como fenômeno multifacetado, dispersado nas variáveis de gênero e raça.

**Palavras-chave:** Identidade. Mulheres Negras. Racismo. Redes Sociais. Visualidades.

## ABSTRACT

This research stems from problematizations related to the visual narratives of black women from Cariri, based on autobiographical research and the production of visuals on social networks, with emphasis on the Facebook page of the Black Women Group (Pretas Simoa). It aims to point out the cultural roots rooted in the idea of race / racism, for which a historical review of this concept was made. The Visual Culture was the theoretical and methodological approach chosen for this investigation, because it reflected on the production, reception and enjoyment of images linked to various contexts. It was carried out a reflection through the life history of the author observing the incarnation of the racism and its attitudes of resistance before this paradigm performed by means of photographs, starting from the same presupposition, were analyzed the visualities published in Facebook of the Group of Black Women (Pretas Simoa). The choice of the respective group is justified because they are compatriot of the author and experienced the same crossings of the local racist culture. This group is entitled as an empowered female collective that exercise its activism in the Cariri region of Ceará in favor of black feminism, history, identity, poetry and the fight against racism and sexism. The discourses and symbologies obtained by the studies of the autobiographical visuals and the cyber-activism of the group in question present the racism as a multifaceted phenomenon dispersed in the variables of gender and race.

**Keywords:** Identity. Black Women. Racism. Social Networks. Visuals.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Página inicial do Geledés no <i>Facebook</i> . 2018.....	8
<b>Figura 2:</b> Maria Julia Coutinho. Imagem com os comentários racistas. 2015....	9
<b>Figura 3:</b> <i>Youtuber</i> Gabi Oliveira.   Papo De Pretas.....	10
<b>Figura 4:</b> Ilustração de Vênus Hotentote, desenho duplo, 1824 .....	13
<b>Figura 5:</b> Cartaz do Coletivo Guerrilla Girl, 1989 .....	19
<b>Figura 6:</b> Edouard Manet, Olympia, 1863 .....	19
<b>Figura 7:</b> François-Léon Benouville, Odalisca ou Ester, 1844 .....	20
<b>Figura 8:</b> Hot-en-tot, Renée Cox, Fotografia,1994 .....	20
<b>Figura 9:</b> Retrato da autora de infância. 1993.....	24
<b>Figura 10:</b> Xuxa, com as paquitas, a dançarina Adriana Bombom e o grupo You Can Dance, 1997-2002.....	25
<b>Figura 11:</b> Filme “Cores e Botas”. Direção: Juliana Vicente. 2010 .....	26
<b>Figura 12:</b> Desenho animado "Os Anjinhos".1999 .....	27
<b>Figura 13:</b> Desenho animado “As meninas super poderosas”, 1998 .....	27
<b>Figura 14:</b> Susie, personagem negra do desenho animado “Os Anjinhos”.....	27
<b>Figura 15:</b> Estrelinha, personagem negra do desenho animado “As meninas super poderosas”. 2018 .....	28
<b>Figura 16:</b> Retrato 3X4 da autora com avó materna e mãe. 1994 – 2009 .....	31
<b>Figura 17:</b> Retrato da autora com sua irmã mais velha na infância.1996 .....	32
<b>Figura 18:</b> Retrato da autora no seu aniversário de 15 anos, 2006 .....	34
<b>Figura 19:</b> Empregada doméstica Zezé servindo de base de sustentação para a patroa Carminha, 2013.....	35
<b>Figura 20:</b> Obra da artista Rosana Paulino, Ama de leite n.1. 2005 .....	36
<b>Figura 21:</b> Tiana, a primeira princesa afro da empresa Walt Disney, 2009 .....	37
<b>Figura 22:</b> Minha primeira <i>Selfie</i> postada aos 18 anos de idade, 2010 .....	38
<b>Figura 23:</b> <i>Selfie</i> . Cabelo texturizado com bigudins, Bolonha, Itália. 2012 .....	40
<b>Figura 24:</b> Juliana dos Santos. Qual é o pente?. Performance, 2014.....	41
<b>Figura 25:</b> Gil Viana. Página “Coisas de Uma Cacheada” no <i>Facebook</i> , 2018. ....	43
<b>Figura 26:</b> Dossiê BrandLab: A Revolução dos Cachos, 2017 .....	43
<b>Figura 27:</b> Retrato: passeio em um dia de neve utilizando boina, 2013.....	44
<b>Figura 28:</b> <i>Selfie</i> após o Big shop, 2012.....	45
<b>Figura 29:</b> <i>Selfie</i> : cenário do rompimento, 2012.....	45
<b>Figura 30:</b> Fios de cabelo alisados sobre a pia, 2012 .....	46
<b>Figura 31:</b> Priscila Rezende. Frame da Performance Bombril .....	46
<b>Figura 32:</b> <i>Selfie</i> : primeiros penteados pós big shop, 2012 .....	47
<b>Figura 33:</b> <i>Selfie</i> : visão traseira do corte de cabelo, 2012 .....	48
<b>Figura 34:</b> Retrato da minha avó materna jovem, Luiza Lourenço de Souza ..	49
<b>Figura 35:</b> Retrato da minha avó materna idosa, com a filha e netos .....	49
<b>Figura 36:</b> Retrato de perfil com o cabelo natural, 2013 .....	50
<b>Figura 37:</b> Retrato da autora com os cabelos pranchados, 2014.....	51
<b>Figura 38:</b> Retrato atual da autora, 2018.....	52
<b>Figura 39:</b> Nota de repúdio do GRUNEC sobre um caso de racismo dentro da Universidade Regional do Cariri - URCA .....	56
<b>Figura 40:</b> Pretas Simoa, imagem de perfil, identidade Visual, 2014.....	61
<b>Figura 41:</b> Sheron Menezes e candidatas “Globeleza” - Carnaval de 2014.....	62
<b>Figura 42:</b> Pretas Simoa, capa da <i>timeline</i> do <i>Facebook</i> , ação performática, 2014. ....	64

<b>Figura 43:</b> Pretas Simoa, publicação na página, intervenção “Tribunal de Rua”, 2014 .....	65
<b>Figura 44:</b> Pretas Simoa, publicação na página, convite para reunião de formação, 2017 .....	69
<b>Figura 45:</b> Pretas Simoa, publicação na página, convite para reunião de formação, 2017 .....	70
<b>Figura 46:</b> Pretas Simoa, <i>link</i> compartilhado na timeline da página das “Pretas Simoa” .....	72
<b>Figura 47:</b> Pretas Simoa, publicação na página, 2017.....	73
<b>Figura 48:</b> Pretas Simoa, publicação na página, marchas das mulheres negras no Cariri, 2016.....	74

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. MULHERES NEGRAS E VISUALIDADES RACISTAS E ANTIRRACISTAS: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA ACERCA DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE</b> .....	11
2.1 Ações Afirmativas .....	14
2.2 Uma história da arte hegemônica.....	16
2.3 Identidade e novas mídias .....	21
<b>3. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA E OS EFEITOS SUBJETIVOS DO RACISMO</b> .....	24
3.1 Estações Capilares.....	39
3.2 Outono Capilar.....	40
3.3 Inverno Capilar.....	43
3.4 Primavera Capilar.....	47
3.5 Verão Capilar.....	50
<b>4 VISUALIDADE E RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA: GRUPO DE MULHERES “PRETAS SIMOA” (CARIRI CEARENSE)</b> .....	53
4.1 Movimento Negro Cariri .....	55
4.2 Direitos conquistados por lei .....	56
4.3 Narrativas midiáticas do “Grupo de Mulheres Negras - Pretas Simoa” .....	57
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78

# 1

## INTRODUÇÃO

A imagem de abertura dessa dissertação é um desenho digital intitulado *Matriz II*, concebido por mim em 2019. A composição do *Matriz II* apresenta elementos que, na minha concepção, estão ligados ao feminino. O que mais evidencia essa relação é o elemento que espelha a silhueta de um corpo, portando como significado a representação das várias formas de feminino, ao mesmo tempo em que remete ao formato de um útero. Sobre as cores: o tom terroso, que compõe a silhueta feminina, é associado ao coletivo de mulheres negras e também a união e resistência. A cor roxa, exibido no centro da imagem, faz menção a cor popularmente atribuída ao movimento feminista, complementado com o amarelo vibrante, que evoca a ideia de luz e abertura de caminho. A forma que está na cor laranja simboliza as curvas de fios de cabelo crespos e cacheados. Essa junção origina uma base de união de corpos de mulheres negras.

Enquanto mulher negra, nascida no interior do Ceará, filha de uma costureira e de um ferreiro, educada nos espaços formais, não-formais e informais entre o subúrbio e o centro da cidade de Juazeiro do Norte – CE, declaro que as inquietações que levaram a delimitação e problematização do tema dessa pesquisa são baseadas em minha história de vida, marcada por múltiplas experiências de racismo. Lia Vainer Schucman (2010, p. 44) compreende como racismo:

[...] qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências e privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro dessa lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.

As experiências em torno de gênero e raça vividas no meu cotidiano, contém em seu bojo um leque de visualidades do discurso dominante.

Compreendendo o impacto do discurso canônico sobre a minha subjetividade, atravessado por vários veículos, estando entre eles as visualidades dos livros didáticos, desenhos, telenovelas e da internet. Então, na eventual pesquisa direcionei a minha atenção para os discursos, simbologias e teorias em torno do gênero e raça para compreender esse fenômeno discriminatório. Para tanto, foi definido como recorte territorial a região metropolitana do Cariri<sup>1</sup> cearense, minha terra natal. Para o recorte temático, direcionei a atenção para as visualidades sobre discriminação e resistência. Nesse contexto, parti das visualidades da minha própria história de vida, e também me interessei em conhecer experiências de outras mulheres que estão inseridas nos mesmos marcadores sociais na região supracitada. Observando a insurgência e o aquilombamento das mulheres negras nas redes sociais, discutindo sobre os temas que atravessam esse segmento social, cheguei à página do *Facebook*<sup>2</sup> de um grupo social do Cariri cearense nomeado por *Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa)*. O grupo utiliza as redes sociais como espaço de ativismo. A partir desse momento, formulei as seguintes indagações:

**De que maneira são veiculadas as visualidades  
antirracistas das mulheres negras do Cariri cearense?  
Como as narrativas visuais expressam as atitudes de resistência  
frente aos estereótipos imagéticos em minha história de vida e na  
página do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa)?**

Entre os caminhos percorridos para realizar essa reflexão, trilhei pelo campo da cultura visual para tratar da ideologia, estética e intertextualidades das visualidades racistas e antirracistas das mulheres negras do Cariri cearense. Utilizei a pesquisa autobiográfica para verificar o impacto do discurso racial sobre minha subjetividade. Realizei uma investigação etnográfica com o Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa) para compreender como o discurso racial se dispersa na subjetividade de outras mulheres da minha região e como as

---

<sup>1</sup> A Região Metropolitana do Cariri (RMC), corresponde ao antigo CRAJUBAR, sigla que compila o nome das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, localizadas no sul do estado do Ceará.

<sup>2</sup> As redes sociais *online* são espaços interativos de compartilhamento de ideias, o *Facebook* é um exemplo. Esse software social foi criado em 4 de fevereiro de 2004, na cidade de Cambridge, Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos por Mark Zuckerberg. Inicialmente, a rede era de acesso privado à Universidade de Cambridge. A expansão da rede para o coletivo não universitário ocorreu no ano de 2006. Desde então, tornando-se uma das maiores do mundo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/mark-zuckerberg.html> Acesso em: 19/11/2018.

mesmas resistem. Por fim, trabalhei com a *a/r/tografia* enquanto enquadramento poético para as narrativas que sustentam essa pesquisa.

Conforme Fernando Hernández (2011), as *visualidades* são construídas a partir da operação do olhar, que durante esse exercício, intercruza subjetividades, marcas culturais e biográficas. Durante a referida operação, identifiquei nas visualidades presentes do meu cotidiano, discursos e simbologias racistas, que por vezes foram aprendidos pelo viés da cultura. Visando desnaturalizar o olhar para refletir sobre os discursos simbólicos nas visualidades coletadas, mergulho no campo de estudo da Cultura Visual, tendo em vista que,

A ênfase da cultura visual é na “compreensão crítica” da visualidade, ou seja, na retomada de relatos e narrativas existentes onde o ‘sujeito’ – não apenas como receptor, mas também como intérprete – passa a ter espaço para construir novos relatos e colocar seu próprio olhar através das narrativas que não são apenas verbais, mas, também, visuais ou intermediáticas (MARTINS, 2006, p. 7-8).

A eventual pesquisa é fruto de uma intensa imersão, por isso a *a/r/tografia* foi a metodologia escolhida, pois “tratada como uma intenção acadêmica, a *a/r/tografia* expande o horizonte de possibilidades para artistas e educadores interessados em Pesquisa Viva” (IRWIN, 2013, p. 34). Seguindo o pensamento anterior, me coloco como *a/r/tógrafa*, então investiguei, produzi e narrei as descobertas, visuais e escritas, no corpo desse trabalho de maneira que se intercrossassem as experiências. A partir desse entendimento, o *Matriz II* foi fragmentado e incorporado aos capítulos de modo a se integrar com os discursos e simbologias das visualidades da presente pesquisa.

Uma vez que a pesquisa sucede em Artes Visuais, para tratar das questões culturais, contaremos com conceitos das artes visuais e das ciências sociais. Entre eles, o de *representação*, haja vista que trataremos de um grupo social que representa um contingente populacional. Segundo Stuart Hall (1997, p.13, tradução minha):

Representação significa usar a linguagem para dizer algo significativo sobre o mundo, ou para representá-lo de forma significativa para outras pessoas. [...] Representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido

e intercâmbio entre membros de uma cultura. Mas isso implica o uso da linguagem, de sinais e imagens que estão no lugar das coisas, ou as representam.

O conceito de *representação* dialoga com os conceitos de identidade, raça e etnia. Consoante ao pensamento de Kabengele Munanga (2000), o conceito de raça, em seu sentido moderno de classificar a diversidade humana, foi disseminado a partir dos séculos XVI e XVII. Nesse contexto, desenvolveu-se a ideia de raça superior que descendia de um sangue puro e seria portadora de habilidades especiais em relação a outras raças. No século XVIII, especifica-se as raças em: branca, preta e amarela. No século XIX, as características morfológicas são incorporadas como forma de classificação. Esse conjunto de teorias fomentou a hierarquia entre as raças, originando as teorias racialistas e, conseqüentemente, o racismo. Tais teorias consideravam que as características intelectuais e morais de um grupo são conseqüências diretas de suas características físicas e biológicas. Enquanto o conceito de raça costuma ser empregado para definir as características morfológicas e biológicas dos humanos, a noção de etnia refere-se aos aspectos sociocultural, histórico e psicológico de um determinado grupo humano.

Quanto a concepção de *identidade*, Hall (2000) a compreende como um fenômeno relativo, visto que se dá no processo de identificação com as práticas discursivas dos sujeitos. As *“identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeitos que as práticas discursivas constroem para nós”* (HALL, 2000, p. 112), ou seja, os atores sociais não nascem com suas identidades.

Em razão da reflexão de minha história de vida, o conceito de *autobiografia* também se entrelaça nessa pesquisa, por meio de visualidades de *selfies* e retratos que carregam minhas memórias e anseios. Sobre autobiografia, temos a concepção de Luana Saturnino Tvarbovskas (2010, p. 5):

A autobiografia comporta um desejo de lembrar - a memória, o passado - cruzado com um princípio de individuação, com as especificidades do eu que narra. Se no gênero literário ela propõe uma tentativa de unidade do ser, na medida em que através da escrita o sujeito elabora e ressignifica seu passado, atualmente, perante a veloz fragmentação subjetiva vivenciada nas sociedades ocidentais, a autobiografia transmuta-se em expressões de si mais agudas, estéticas e críticas.

No tocante ao segmento das artes visuais, as imagens são nossas fontes de estudo. As imagens dessa pesquisa são compreendidas como visualidades, pois, para além de uma ilustração, são fontes de pesquisa para uma reflexão simbólica e discursiva. No contexto dessa pesquisa, são compreendidas como *narrativas visuais* por oferecerem,

[...] a possibilidade de se trabalhar questões da experiência formadora dos indivíduos que, de maneira geral, são constituídas por imagens ou referências imagéticas isoladas, dispersas. As imagens que guardamos ou preservamos na memória, são, de certa forma, marcas da trajetória e das vivências que nos formam como indivíduos. Processadas culturalmente como visualidades e transformadas em experiências, essas imagens têm potencial educativo para ir além das práticas de apreciação ou de uma concepção formal de estética [...] (MARTINS; TOURINHO, 2009, p. 10).

Adentrando a discussão sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, a pesquisadora Walkyria Chagas da Silva Santos (2009), declara que os preconceitos sofridos pelas mulheres negras são influenciados pelo pensamento segregacionista interseccionado por questões raciais e de gênero. Ela afirma que a abolição da escravatura sem planejamento socioeconômico rendeu a marginalização dessas mulheres, tornando-as herdeiras das consequências de um pensamento popular que afirma que a mulher negra só serve para afazeres domésticos ou para exibir seu corpo. Essa problemática socioeconômica repercute nos indicativos de baixa escolarização, deixando-as sujeitas a trabalhos menos qualificados, salários inferiores, informalidade, vulnerabilidade à violência, gravidez precoce e solidão na vida afetiva.

Os marcadores mencionados no parágrafo anterior condensam formas cruzadas de opressão, resultantes da intersecção entre gênero, raça e classe. Foi através dessas inquietações, parafraseando Sueli Carneiro (2003), que ascendeu a necessidade de enegrecer o feminismo, acentuada quando foi compreendido que a concepção do feminismo tradicional pensado a partir da identidade de mulheres brancas revelou-se insuficiente em suas teorias e prática políticas para a variável de mulheres no interior do mesmo movimento. As feministas negras perceberam que a intersecção de gênero e raça suscitavam

opressões diferenciadas, entre gênero (gêneros opostos) e intra-gênero (gêneros da mesma categoria). Essa vulnerabilidade está presente no ambiente doméstico; em instituições de atendimento a saúde e no mercado de trabalho e resultam na subalternização das mulheres negras, em detrimento as mulheres brancas. Podemos observar a vulnerabilidade das mulheres negras no mercado de trabalho nos dados sociais divulgados pelo IPEA.

A vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a cada 1 ponto percentual a mais na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de 1,5 ponto percentual. Para as mulheres brancas, o reflexo é de 1,3 p.p. A análise utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018 (IPEA, 2018, *online*)<sup>3</sup>.

Para combater esse sistema de desigualdades, o movimento feminista negro vem se articulando por meio de vários suportes para promover ativismo político, entre eles a *Internet*, que possibilita um novo espaço relacional, por ser uma rede de comunicação que veicula informações através da interconexão de computadores. Esse espaço virtual foi nomeado por Pierre Lévy (1997, p. 92) como “ciberespaço”, ou seja, um...

[...] espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui um conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes herzeianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização (LÉVY, 1997, p. 92).

Em 2004, a empresa americana O'Reilly Media, lançou a *Web 2.0*. A partir de então, temos um avanço nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Por intermédio das plataformas de característica *on-line*, temos a interação e participação colaborativa dos internautas, que podem

---

<sup>3</sup>

Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34371:jovens-e-mulheres-negras-sao-mais-afetados-pelo-desemprego&catid=10:disoc&directory=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34371:jovens-e-mulheres-negras-sao-mais-afetados-pelo-desemprego&catid=10:disoc&directory=1) Acesso em: 08/01/2019.

compartilhar e trocar informações pelas interfaces. Com esse aperfeiçoamento, a web engloba inúmeras linguagens como: redes sociais, ferramentas e aplicativos.

As redes sociais *online* tornaram-se um veículo eficiente para troca de mensagem instantânea. O ativismo articulado por intermédio da *internet* recebe o nome de ciberativismo. Nas palavras de Davi de Ugarte (2008, p. 55), pode ser definido da seguinte forma:

[...] como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal.

Tendo como referência as experiências ocorridas nestas interfaces, Laila Thaíse Batista de Oliveira (2016) apresentou um exemplo contemporâneo de políticas positivas, articuladas nas redes midiáticas em prol do feminismo negro:

Para além das organizações já instituídas, um novo fenômeno vem se destacando dentro do feminismo negro, trata-se da inserção de mulheres negras, jovens em sua maioria, fazendo ativismo na internet. São sites e blogs como o Geledés, o Blogueiras Negras, Que Nega é Essa?, e outros que através das redes sociais como o *facebook* e o *twitter* tem ganhado um alcance maior, visível através do mecanismo de compartilhamento dos textos (OLIVEIRA, 2016, p. 814).

Em sua maioria, esses grupos têm atuado em parceria com os partidos políticos de esquerda que, em conjunto cobram e pensam propostas para melhorias sociais da população negra brasileira. O *Geledés – Instituto da Mulher Negra* (Figura 1) - fundado pela filósofa Sueli Carneiro em 30 de abril de 1988, que também atua nas plataformas digitais, é uma organização política de mulheres negras cuja missão institucional é a luta contra o racismo e o sexismo, em prol da valorização e promoção das mulheres negras.

**Figura 1:** Página inicial do Geledés no *Facebook*. 2018



Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/geledes/>. Acesso em: 29/09/ 2018.

O ativismo na internet se torna necessário na medida em que o ciberespaço se torna uma extensão das relações sociais. Como estamos inseridos em uma cultura racista, as agressões ao contingente populacional negro se estendem às redes sociais *online*. Isso aconteceu com Maria Júlia Coutinho, mulher negra, jornalista do Jornal Nacional (Rede Globo). Após ter sua imagem vinculada nas redes sociais (Figura 2), houve uma incidência de comentários racistas a respeito da cor de sua pele. Essa lógica racista fundamenta-se em teorias raciais, que categorizam o ator social por suas características físicas. Então, quanto mais escura a cor da pele e traços negros, mais discriminado será o sujeito. Os negros de pele clara gozam de certo “privilégio” em relação aos negros de pele mais escura. Esse preconceito é categorizado como preconceito de marca.

**Figura 2:** Maria Julia Coutinho. Imagem editada com os comentários racistas. 2015.



Fonte: Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=912850312090793&set=a.327272807315216&type=3&theater>. Acesso em: 19/06/2017.

Em contraste com as normatizações hegemônicas, que rendem discriminações como a sofrida pela repórter Maria Julia Coutinho, também nas redes sociais temos mulheres negras ativistas e não-ativistas compartilhando conteúdos e posicionamentos a respeito de seu lugar no mundo. No *Youtube*, uma das plataformas de busca audiovisual mais utilizada no Brasil, temos a *Youtuber* Gabi Oliveira (Figura 3), que atualmente tem mais de 300.000 de inscritos em seu canal. A partir da *tag* “tour pelo meu corpo”, criada pela também *Youtuber* Luiza Junqueira, trata de estereótipos ligados ao corpo obeso e sobre empoderamento. Gabi de Oliveira abraça a campanha e realiza um tour por seu rosto. Evidencia estereótipos negativos associados à fenotipia negra, como pele escura, nariz e lábios ditos como inadequados. Durante o tour, além de apresentar a visão estereotipada, ela traz a versão empoderada de aceitação dos seus traços e a desnaturalização do preconceito estético.

**Figura 3:** *Youtuber* Gabi Oliveira. Frame do vídeo Tour Pelo Meu Rosto | Papo De Pretas.



Fonte: *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CEOvcHPvvis> Acesso em: 27/06/2018.

A estrutura metodológica e conceitual apresentada no decorrer dos parágrafos sistematizou o desenvolvimento da pesquisa, expondo e refletindo sobre visualidades autobiográficas e o Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa), além dos discursos sobre os conceitos abordados.

Concluindo, essa pesquisa apresenta as visualidades racistas e antirracistas que atravessam a identidade das mulheres negras e, para tanto, se organiza em três capítulos.

O capítulo I expõe uma revisão literária contemplando as teorias que deram base a ideia de raça/racismo e sua implicação com a cultura do machismo e por consequência nas identidades das mulheres negras.

O capítulo II traz as minhas narrativas visuais autobiográficas, através da encarnação dos estereótipos raciais vinculados pela cultura de massa, que se personificaram nos seus cabelos e em atitudes de resistência diante desse discurso.

O capítulo III apresenta uma reflexão sobre as narrativas visuais da página do *Facebook* do *Grupo de Mulheres Negras – Pretas Simoa*, em torno da atitude de resistência contra o racismo.



## MULHERES NEGRAS E VISUALIDADES RACISTAS E ANTIRRACISTAS: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA ACERCA DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Ao começar um estudo sobre visualidades racistas e antirracistas em torno das mulheres negras, é preciso considerar os aspectos históricos que subsidiaram, em especial, a construção da categoria “raça” e de que maneira ela fomenta as múltiplas modalidades de racismo, discriminação e preconceito no mundo contemporâneo, de modo geral e, em particular, na sociedade brasileira.

O prelúdio dessa história ocorre a partir do século XV, quando as potências europeias dominantes iniciaram a expansão ultramarina iniciando, assim, a colonização das regiões então desconhecidas. As grandes navegações estavam interessadas em expandir seus territórios políticos e comerciais por meio do domínio político-econômico, da exploração de riquezas naturais e do emprego da mão de obra escravizada. As explorações das terras recém “descobertas” originaram novas fontes de renda para as nações das metrópoles colônias. É sabido que a escravidão é um fenômeno antigo, comum aos diversos povos da humanidade e antecede, portanto, o século XV. Entretanto, durante o Imperialismo, unido à prática econômica do mercantilismo, a venda de seres humanos transformou-se em um lucrativo negócio.

Paralelo ao fenômeno da expansão territorial, ocorreu na Europa Ocidental do século XVII o marco inicial da ciência moderna. Os estudos naturais passaram a observar os fenômenos naturais como forma de conhecimento da natureza e, por consequência, da condição humana – eram doutrinas pouco simpáticas à visão religiosa da criação do mundo. Partindo desse pressuposto, durante a instrumentalização da ciência no século XIX, sistematizaram-se as doutrinas racistas cujos pilares ainda hoje são reconhecidos.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), a apropriação distorcida da teoria evolutiva de Charles Darwin (1809-1882), baseada na obra *A origem das espécies* (1859) – que originalmente não mencionava a evolução da espécie humana – serviu de pilar para a concepção e formatação do racismo científico. Conceitos como “competição”, “seleção” do mais forte, “evolução” e “hereditariedade” foram então aplicados aos mais variados ramos do saber científico que culminaram em teses/teorias racistas – por exemplo, o darwinismo social e a eugenia, que



classificavam/separavam a humanidade por meio de categorias de superioridade racial, sendo o homem branco, civilizado, industrializado, a espécie evoluída em comparação aos povos africanos, asiáticos e outros. Assim, passaram a condenar a miscigenação por entender que se tratava de uma forma de criação de humanos inferiores e degenerados.

De acordo com Luena Nunes Pereira (2014), a construção da ideia de raça é fruto da produção de hegemonias ligadas aos grandes centros ocidentais. As ideias de raça e racismo são indissociáveis e construídas de forma híbrida e multifacetada, combinadas a outros fenômenos socioculturais (nacionalismo, imperialismo, etnocentrismo, gênero, classe etc.). No século XIX, no âmbito das ciências naturais, originou-se a noção científica de raça denominada por alguns autores como racialismo. Esta visão científica desconsidera as concepções de raça do Iluminismo e do tráfico de africanos escravizados, utilizando um sistema que classifica as populações conforme suas aparências fenotípicas, nas quais as diferenças morfológicas (físicas) e hereditárias tecnicamente mensuráveis definiam ou assimilavam diferenças morais e culturais entre os grupos humanos.

A teoria da hierarquia racial (biológica) serviu para justificar as ações e os projetos coloniais, segregacionistas e de extermínio de populações consideradas intelectualmente inferiores, além de promover a segregação e o ódio racial. Os aspectos físicos dos corpos negros tornaram-se alvo de doutrinas eugenistas, que defendiam um padrão corporal tido como ideal: o corpo masculino, branco, europeizado. Saartjie Baartman (1789-1815), conhecida como “Vênus Hotentote” ou “Vênus Negra”, foi uma das vítimas dessa violência.

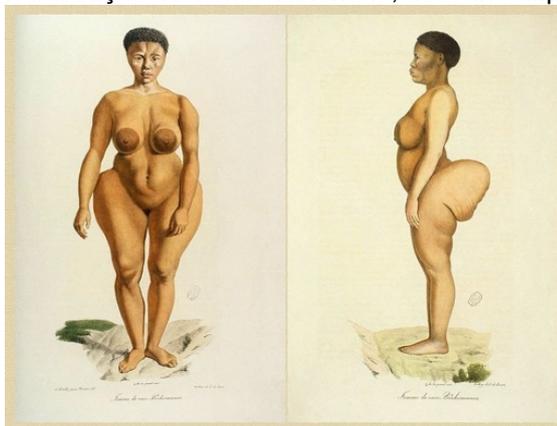
Conforme Djamila Ribeiro (2018), Saartjie nasceu no sul da África, possuía características corporais da etnia *khoi-san*. Ainda jovem, perdeu os pais e passou a atuar como doméstica numa fazenda holandesa. Os patrões de Saartjie julgaram seu corpo como exótico e, a partir dessa adjetivação, viram uma oportunidade de lucro e lhe convidaram para ser artista na capital inglesa, com a promessa de que ficaria rica. Saartjie aceitou o convite e tornou-se atração circense, em cujas sessões foi exibida como uma selvagem. Durante as apresentações, ela encenava tal condição usando coleira, fumando, emitindo sons animais, trajando vestimentas que insinuavam uma segunda pele ou mesmo nudez. O corpo de Saartjie chamou a atenção dos cientistas do Museu de História Natural e passou a ser objeto de estudo. No decorrer das pesquisas, seu corpo era manipulado sem nenhum escrúpulo ou respeito. Dentre



as conclusões dos estudos, o coletivo científico associou “a imperfeição física” decorrente da proximidade com a descendência dos orangotangos.

Saartjie passou, em seguida, a prostituir-se e faleceu aos vinte e seis anos. Após sua morte, um naturalista da época moldou e dissecou seu corpo, mantendo intactas apenas as genitais e o cérebro, que foram conservados e exibidos a partir de 1974, em um Museu do Homem em Paris. Em 1994, Nelson Mandela, então presidente da África do Sul, pediu ao governo francês os restos mortais de Saartjie. Somente em 2002 eles foram devolvidos à terra natal de Saartjie e enterrados. Nota-se, por meio deste relato, que as mulheres negro-africanas eram consideradas primitivas, privadas de humanidade, desprovidas de inteligência, sentimentos, resistentes à dor, úteis ao trabalho braçal e sexual, tal qual fizeram com o corpo de Saartjie.

**Figura 4:** Ilustração de Vênus Hotentote, desenho duplo, 1824.



Fonte: Researchgate. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-II1-Ilustracao-de-Venus-Hotentote-desenho-duplo-1824\\_fig1\\_322530850](https://www.researchgate.net/figure/Figura-II1-Ilustracao-de-Venus-Hotentote-desenho-duplo-1824_fig1_322530850) Acesso em: 21/12/2018.

Os marcadores raciais também foram utilizados por Cesare Lombroso (1835-1909), médico psiquiatra, no final do século XX, um dos fundadores da Escola de Criminologia Italiana e associado ao surgimento da antropologia criminal. A partir das teorias eugenistas, Lombroso realizou um estudo pautado pela medição craniana e de evidência dos aspectos físicos, sociais e psíquicos dos criminosos reclusos em prisões europeias. Em sua tese, concluiu que os negros tinham mais propensão à prática de delitos, sendo esta característica de periculosidade vinculada aos estágios primitivos de evolução de sua raça. Com isso, vários sistemas criminais do Ocidente passaram a utilizar o marcador fenotípico como forma de enquadrar e sentenciar sujeitos/corpos negros.



Colocadas as abordagens biológicas e antropológicas do conceito de raça, nos portamos aos impactos da colonização após abolição no Brasil em comunhão com as teorias eugênicas. O resultado dessa soma foi uma série de desigualdades e desvantagens dos africanos e afrodescendentes. No dia 14 de maio de 1888, não tiveram projetos para integração socioeconômica e sociocultural dos ex-escravos na sociedade que se desenvolvia sobre uma nova ordem econômica. Esse advento culminou com a expulsão dos ex-escravos das fazendas, sem ter onde morar e o que comer, vários deles migraram para os grandes centros urbanos à procura de emprego e acabaram empurrados para os entornos das cidades grandes, originando as favelas, onde se alastraram diversos problemas sociais. Parafraseando Florestan Fernandes (1978), o senhorial, o Estado, a igreja e demais instituições se eximiram da responsabilidade de fornecerem assistência que garantissem a agregação dos ex-escravos ao novo regime de trabalho e de vida no Brasil.

Os problemas sociais decorrentes da ausência de políticas públicas para integração dos ex-escravos foram associados a um problema de raça. Assim, no século XX, os intelectuais Raimundo Nina Rodrigues (1862 - 1906), Renato Ferraz Khel (1889 - 1974) e João Batista Lacerda (1846 - 1915), baseados nas teorias eugenistas e racistas, julgaram o caráter racial e biológico como problemático para o progresso da nação brasileira – acreditavam que com a melhoria da “raça” seria possível alcançar o desenvolvimento e o progresso econômico e cultural. Surgiu, assim, um projeto de identidade nacional racista pautado no branqueamento da população brasileira e no incentivo de política imigratória.

## 2.1 Ações Afirmativas

Uma das consequências mais perceptíveis do nosso passado histórico e colonial é a desigualdade social. Para a reparação desse problema, foi acordado na ONU (Organização das Nações Unidas), medidas políticas cuja iniciativa recebe o nome de ação afirmativa – isto é, medidas políticas que visam a reversão das “tendências históricas que conferiram às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego” (CASHMORE, 2000, p. 31).

Em termos globais, a marginalização sociocultural e socioeconômica das populações africanas e afrodiaspóricas deixou-lhes em situação de vulnerabilidade



política, econômica, social e presentes em indicadores como mapas da fome, da pobreza, dos índices de desemprego, morte precoce etc. Em razão disso, foram realizadas várias conferências e tratados por intermédio da ONU (Organização das Nações Unidas) com o objetivo de fomentar ações afirmativas que promovessem e valorizassem a dignidade humana. Dentre as conferências mundiais realizadas nas últimas décadas, com o intuito de pensar políticas de combate às injustiças sociais assentadas na discriminação de raça, gênero e classe, pode-se destacar a *II Conferência Mundial de Direitos Humanos* ocorrida em Viena (1993). Esta aponta que os direitos humanos são indissociáveis, seja na esfera civil, política, econômica, social e cultural. Em Viena, também foi redefinida a fronteira entre o espaço público e o espaço privado. Crimes e os abusos ocorridos no âmbito privado passaram a ser considerados crimes contra os direitos humanos.

Noutra conferência, a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, ocorrida em Pequim (1995), as pautas em destaque foram o direito das mulheres, participação em tomadas de decisões políticas, estratégias contra a violência e a pobreza da mulher e empoderamento feminino. A *III Conferência Mundial contra o Racismo* (Durban, 2001) teve como pauta a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlatas. Essas conferências travaram debates e embates políticos a fim de pensar soluções diplomáticas de forma conjunta e voltadas à eliminação dos problemas que ferem a dignidades e os direitos humanos.

As conferências mencionadas renderam uma agenda de iniciativas acordadas pelas várias nações. Há, desde 2015, o projeto *Década Internacional de Afrodescendentes – Reconhecimento – Justiça – Desenvolvimento*<sup>4</sup>, vigente até o ano de 2024. Ao declarar esta *Década*, a comunidade internacional reconhece que os povos afrodescendentes representam um grupo distinto, cujos direitos humanos precisam ser promovidos e protegidos, portanto, essa iniciativa visa erradicar a pobreza e sistemas excludentes que barram a participação igualitária dos afrodescendentes da vida pública, econômica e política, por meio da promoção do conhecimento vinculada à herança cultural da população afrodescendente, e também ao reforçar leis que proíbem a discriminação ao racial. Cerca de 200 milhões de pessoas auto identificadas como afrodescendentes vivem nas Américas. Partindo de estudos genéticos, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

---

<sup>4</sup>Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 30/05/2017.



(IBGE-2015)<sup>5</sup>, a capital baiana tem a maior ancestralidade africana: 50,8%, sendo, portanto, a cidade mais negra fora do continente africano. Muitos outros milhares de afrodescendentes vivem noutras partes do mundo, também fora do território africano.

As conferências descritas demonstram o nível de gravidade e a vulnerabilidade do contingente populacional afrodescendente. Dentro dessa categoria, as mulheres negras sofrem triplamente, uma vez que estão inseridas em múltiplos marcadores de desigualdade. Quanto a esta observação, Kimberlé Williams Crenshaw (1989) declara que, para combater o fenômeno da discriminação baseada no gênero, deve-se atentar aos intercruzamentos (gênero, raça e classe) que originam uma variedade de experiências discriminatórias contemporâneas. A intersecção categorial gera uma discriminação potencializada; portanto, as políticas de combate devem ser articuladas, sem desconsiderar os efeitos de cada eixo envolvido nos processos e fenômenos discriminatórios.

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes (CRESHMAN, 1989, p.9).

## 2.2 Uma história da arte hegemônica

Atualmente, o tema justiça social e igualdade de direito tem sido alvo acadêmico e político de pesquisa e luta. No campo acadêmico, os estudos culturais e de gênero vem se expandindo nas ultimas décadas, originando literaturas que englobam a perspectiva dos grupos minoritários e assim promovendo a diversidade cultural e social.

Essa mudança de discurso no campo das Artes Visuais, em concordância com Hans Belting (2006), sinaliza o fim da história canônica europeia baseada numa tradição histórica que não conseguia absorver, em seu enquadramento, as demais *histórias* da arte, que findaram desprezadas dentro da produção intelectual. A

---

<sup>5</sup>Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>. Acesso em: 19/07/2018.



descentralização do discurso da história da arte europeia suscita o fim do anacronismo que ocorria ao interpretar o fenômeno da cultura e da arte a partir de um discurso dominante, que fixa modelos de representação válidos (masculino, branco, europeu etc.).

Da imbricação entre as ciências humanas envolvidas no processo de recapitulação da história da arte, surgiram novos conceitos, tais como o de “estudos visuais” ou “cultura visual”. Conforme Dana Arnold (2008), esses termos também estão associados à história da arte.

Muitos temas da cultura visual são comuns à história da arte; por exemplo, questões de gênero e a concepção de arte como um sistema do mundo. A diferença essencial entre as duas disciplinas nasce do fato da cultura visual se preocupar com as operações do olhar, e como tal seu arquivo é tudo que vemos – o mundo que percebemos a nossa volta; a cultura visual ultrapassou a esfera da “arte” tradicionalmente concebida para incorporar a ideia de movimento, luz e velocidade em todo tipo de fenômeno visual, da propaganda à realidade virtual, com ênfase no cotidiano (ARNOLD, 2008, p. 26).

No que se refere ao campo político, os movimentos sociais são protagonistas frente a essas cobranças. O feminismo foi um deles, reivindicando a igualdade entre os sexos. Segundo Carla Cristina Garcia (2011), compreender essa luta exige (re)conhecer os conceitos fundamentalistas do sistema de códigos dominante. A hierarquia construída entre os sexos biológicos, que fundamentaram a opressão de gênero, foi edificada a partir do androcentrismo (visão ou tendência que supervaloriza a perspectiva masculina, tendo, portanto, a figura do homem como parâmetro para todas as coisas); do patriarcado (forma de organização política multifacetada na economia e na religião, que tem como autoridade a liderança a figura masculina); do sexismo (ideologia empregada no seio do patriarcado para inferiorizar, dominar e explorar o sexo oposto); e do gênero (palavra-chave dos estudos feministas, sendo que as noções de “masculino” e “feminino” são construções socioculturais).

Na segunda onda do feminismo (1960-1980), observa-se a incorporação de várias frentes de luta no interior deste movimento político e intelectual, entre as quais os movimentos sociais negros, que passaram a criticar o caráter burguês-liberal do feminismo e chamar a atenção para os recortes de classe e de raça. Ativistas e feministas negra passaram a reescrever a história, reivindicando seu espaço, a partir de um lugar de fala.



A partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 61-62).

Os estudos culturais e de gênero, em comunhão com as ações políticas em prol da justiça e igualdade social, suscitaram a criação de coletivos femininos no campo das artes visuais reivindicando seu lugar nos espaços de promoção das artes, protestando por meio de visualidades.

[...] é exatamente via esse processo de discursão que as classes ou categorias sociais formulam as suas ideologias imagéticas. Não só fazem assim como delimitam uma outra seara, um outro terreno em que o embate ideológico não é textual tampouco oral, mas, efetivamente imagético (SILVA, 2001, p.45).

Nas artes visuais, temos como exemplo tangível dessa mudança de discurso o coletivo *Guerrilla Girls* (1984), que denuncia o machismo nas artes, empregando o uso de imagens impressas e ações performáticas combinadas com um teor humorístico-sarcástico. Em suas ações, o coletivo utiliza máscaras de gorilas para ocultar suas identidades e evitar possíveis represálias. Um de seus cartazes mais famosos foi a crítica conferida ao *Metropolitan Museum* (Nova York). Na composição do cartaz, temos a apropriação da pintura de uma mulher nua (A grande odalisca – Jean Auguste Dominique Ingres) com a intervenção de uma cabeça de gorila (símbolo do coletivo), acompanhado de uma frase, que faz a seguinte indagação ao Museu: “*As mulheres precisam estar nuas para entrarem no Metropolitan Museum? Menos de 5% das artistas na sessão de arte moderna são mulheres, mas 85% da nudez nas obras é feminina*” (ARTEVERSA, 2017, *online*)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> ARTEVERSA. GUERRILLA GIRLS: a igualdade de gênero no universo da arte, 2017, [online]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artevera/?p=1163>. Acesso em: 10/10/2018.



Figura 5: Cartaz do Coletivo Guerrilla Girl, 1989.



Fonte: Arte Versa. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artevera/?p=1163> Acesso em: 14/07/2018.

Os dados supracitados denunciam a ausência das mulheres nos espaços de promoção das artes, ressaltando que, dentro desse grupo, a variante étnica condiciona as mulheres negras a uma subcategoria de exclusão. Nessa perspectiva, qualquer “*enunciado feminista que pressuponha revisões, deve considerar a trama que as unem e separam a história das mulheres brancas e negras ao longo da história*” (BITTENCOURT, 2018, p. 250). Para tornar tangível essa intersecção, Renata Bittencourt (2018) traz como evidência imagética a presença de mulheres brancas e negras em pinturas do século XIX. São elas abaixo: *Olympia* (1863), de Edouard Manet, e a *Odalisca ou Ester* (1844), de François-Léon Benouville. A autora problematiza que, mesmo na economia erótica ou em nus artísticos, há representações distintas da identidade feminina: a mulher branca, também em condição erótica, mas como objeto de admiração; a mulher negra, na condição de subserviência.

Figura 6: Edouard Manet, Olympia, 1863.



Fonte: Artefef. Disponível em: [https://artefef.com/wp-content/uploads/2018/03/Edouard\\_Manet\\_Olympia\\_2.jpg](https://artefef.com/wp-content/uploads/2018/03/Edouard_Manet_Olympia_2.jpg) Acesso em: 18/07/2018.

**Figura 7:** François-Léon Benouville, *Odalisca ou Ester*, 1844.



Fonte: Wikimedia. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Léon\\_Benouville\\_Odaliske.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Léon_Benouville_Odaliske.jpg) Acesso em: 14/07/2018.

Com a virada feminista negra, temos produções de artistas que resistem e se contrapõem ao viés machista e racista. Nesse cenário, Bittencourt (2018, p. 247) traz como exemplo o trabalho *Hot-en-tot* (1994) da artista Renée Cox. Na obra ilustrada abaixo, nota-se que a artista adicionou ao seu corpo duas próteses: uma sobreposta aos seios; a outra sobre os seus glúteos. Ela apropria-se dos marcadores em torno do corpo negro que os tornam desejados, mas, ao mesmo tempo, menosprezados. Trata-se de uma crítica à violência excessiva sobre a citada Saartjie Bartman.

**Figura 8:** *Hot-en-tot*, Renée Cox, Fotografia, 1994.



Fonte: Villagevoice. Disponível em: <https://www.villagevoice.com/2004/12/14/a-surprising-survey-of-african-american-womens-art/> Acesso em: 14/07/2018.



## 2.3 Identidade e novas mídias

O corpo humano, para além de seu caráter biológico, é afetado pela religião, grupo familiar, classe, cultura e outras intervenções sociais. Assim, cumpre uma função ideológica, isto é, a aparência funciona como garantia ou não da integridade de uma pessoa, em termos de grau de proximidade ou de afastamento em relação ao conjunto de atributos que caracterizam a imagem dos indivíduos em termos do espectro das tipificações. É assim que, em função das aparências (atributos físicos), alguém é considerado como um indivíduo capaz ou não de cometer uma transgressão (atributos morais) - (NOGUEIRA, 1999, p.45).

Consoante ao pensamento de Isildinha Baptista Nogueira<sup>7</sup>, o corpo negro reproduz uma estrutura social e a memória histórica se atualiza no preconceito racial. Atualmente, encontramos em todo o mundo mulheres negras quebrando os discursos arraigados sobre seus corpos e afirmando sua ancestralidade, fortalecendo suas identidades. Para refletir sobre as condições socioeconômica e sociocultural que estão contribuindo nessa valorização, recorreremos ao pensamento de Manuel Castells (1999) e de Stuart Hall (1997).

Segundo Castells (1999, p. 23) a identidade é construída através da interação entre os materiais simbólicos e os discursos de poder, ou seja...

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos, de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

A partir das considerações de Castells (1999) referentes aos processos que ocasionam a construção identitária, veremos como se processa sobre ela a dinâmica da nova ordem econômica. Conforme este autor, a economia se desenvolve dentro da lógica dos novos sistemas tecnológicos da informação e comunicação e este fenômeno foi nomeado como capitalismo informacional ou sociedade em rede. O mercado econômico passou a ser operado pelas interfaces tecnológicas e a competitividade entre eles ocorre através do fluxo do tempo e espaço das redes. Os países mais avançados tecnologicamente assumem a frente do mercado e tendem a

---

<sup>7</sup> NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O Corpo da Mulher Negra. Site Antroposmoderno, [online]. Disponível em: [http://www.antroposmoderno.com/antroarticulo.php?id\\_articulo=313](http://www.antroposmoderno.com/antroarticulo.php?id_articulo=313). Acesso em: 14/12/2018.



se tornar um paradigma para os demais. Apesar da flexibilidade, esse modelo econômico também vem gerando desigualdade socioeconômica nos países que estão à margem da revolução tecnológica. Nessa modalidade econômica, o Estado e as Instituições atuam como parceiras do mercado global, sendo o Estado responsável por estruturar e organizar a economia, a política, a sociedade, a cultura, a educação. Esse formato econômico vem gerando deslocamentos culturais e implicando nas identidades sociais. Sobre essa tendência, temos as considerações de Hall (1997, p. 22).

A expressão “centralidade da cultura” indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo. A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas que nos interpelam das telas, nos postos de gasolina. Ela é um elemento chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais. É trazida para dentro de nossos lares através dos esportes e das revistas esportivas, que frequentemente vendem uma imagem de íntima associação ao “lugar” e ao local através da cultura do futebol contemporâneo. Elas mostram uma curiosa nostalgia em relação a uma “comunidade imaginada”, na verdade, uma nostalgia das culturas vividas de importantes “locais” que foram profundamente transformadas, senão totalmente destruídas pela mudança econômica e pelo declínio industrial.

A partir da globalização econômica neoliberal, articulada pelas redes tecnológicas, temos atravessamentos culturais decorrentes dos acordos mercadológicos dos grandes centros econômicos. A parceria do Estado e das Instituições com o mercado global passam a regular e fiscalizar a cultura por entendê-la como fio condutor da estruturação e da organização social. Aqui se observa o importante papel das indústrias culturais que regulam e normalizam os discursos no interior dos lares por intermédio das mídias massivas. Sobre isto:

Hoje, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima, marketings de produtos e ideias (HALL, 1997, p.17).

No mesmo fluxo das trocas mercadológicas, reunidos pelos mesmos aparelhos ideológicos do Estado, temos a interconexão de grupos sociais marginalizados em localidades distintas, promovendo o *ciberativismo*, questionando os materiais simbólicos que reforçam uma visão monolítica de mundo.



Redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma organização em rede tenha existido em outros tempos e espaços, novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social (CASTELLS, 1991, p. 497).

Se, conforme Michel Foucault (1995, p.248), “*não há relação de poder sem resistências*”, evidenciaremos essa tese nos próximos capítulos com as narrativas visuais, das estruturas sociais encarnadas em corpos negros e com as atitudes e formas de resistência de mulheres negras que se utilizam da sociedade em rede.



## NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA E OS EFEITOS SUBJETIVOS DO RACISMO

A partir dos estudos realizados por Stuart Hall (1997) e Manuel Castells (1999), este capítulo promove uma reflexão de caráter autobiográfico, problematizando como o referencial simbólico e discursivo veiculado pelas mídias massivas na década 1990 aos anos 2000 difunde o racismo e gera efeitos de resistência subjetivo.

Na condição de Arte/Educadora e mulher negra nordestina do interior cearense, apresento um fragmento de minha história de vida como mote para compreender as múltiplas faces do racismo. Para tanto, acolho o pensamento de Maria Acaso (2011, p.34), que trata da necessidade de pedagogias descentralizadas, que compreendam a linguagem visual para além de estratégia de comunicação e representação, mas sim, como um sistema de transformação e performance.

[...] é a linguagem visual o principal sistema que está transformando a realidade, performando nosso corpo, nossas idéias, nossos hábitos, e é isso que nos força a operar, a mutilar, a auto-tortura. Longe de ser um mero instrumento de comunicação, a linguagem visual é a ferramenta que performa a realidade (ACASO, 2011, p.34).

A partir desse entendimento, reportei meu olhar para as *selfies*/retratos com a pretensão de construir uma narrativa autobiográfica, que arquiteta um sistema de transformação performado pela linguagem da fotografia, integrando e desintegrando o discurso racista em minha subjetividade.

**Figura 9:** Retrato da autora de infância, com um ano e seis meses de idade, 1993.



Fonte: Acervo Pessoal.

Minha infância decorreu na década de 1990 e início dos anos 2000. No local onde morei, os principais meios de entretenimento eram as brincadeiras em casa, na rua, contação de história pelos mais velhos e a TV.

Segundo Erinaldo Nascimento (2010, p.16), as imagens materializam ideias sobre a infância, contribuem para sedimentar a maneira de vê-la, registrá-la e interpretá-la, bem como para insinuar deslocamentos interpretativos ou multiplicidades de pensamentos. A partir dessa ideia, apresentarei meu ponto de vista como consumidora cultural de desenhos animados exibidos durante a minha infância.

Os programas infantis que assisti durante a infância eram apresentados por mulheres brancas hipersexualizadas. É sabido que os corpos femininos foram objetificados culturalmente pelo machismo. Dentre eles, tínhamos o Programa da Xuxa, conhecida nacionalmente como a Rainha dos Baixinhos. Nesse programa massivo, a apresentadora e suas paquitas legitimavam em rede nacional o padrão tradicional de beleza branca, de mulheres magras, altas e recorrentemente loiras. Esse referencial estético contribuiu para a baixo-autoestima de muitas meninas que não tinham aquele padrão.

**Figura 10:** Xuxa, com as paquitas, a dançarina Adriana Bombom e o grupo You Can Dance, 1997-2002.



Fonte: Notícias da Tv. Disponível em:  
[https://noticiasdatv.uol.com.br/media/\\_versions/\\_versions/planeta\\_xuxa\\_capa\\_free\\_big\\_fixed\\_large.jpg](https://noticiasdatv.uol.com.br/media/_versions/_versions/planeta_xuxa_capa_free_big_fixed_large.jpg)  
g. Acesso em: 18/07/2018.

O curta-metragem *Cores e Botas* (2011), da diretora Juliana Vicente, trata de modo ficcional o desejo de várias garotas da década de 1980 a 1990 tornarem-se paqueta. O filme conta a história de Joana, uma menina negra que pertence à classe média e sonhava em ser paqueta. Em busca desse objetivo, a menina luta, sonha e

ensaia para se submeter a seleção para ser paqueta, porém não é aprovada. Luka Franca (2015) declara que a única paqueta negra, em programas da Xuxa, foi Natasha Pearce, nos EUA. Mas, no contexto brasileiro isso nunca aconteceu. A presença da mulher negra no programa se deu por várias temporadas com Adriana Bombom, que aparece também hipersexualizada no Planeta Xuxa, em tal caso, reforçando estereótipos atribuídos à mulher negra que as reduzem a objeto exótico e pecaminoso.

**Figura 11:** Filme “Cores e Botas”. Direção: Juliana Vicente. 2010.



Fonte: Buzzfeed. Disponível em: [https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:\\*&output-format=auto&output-quality=auto](https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:*&output-format=auto&output-quality=auto). Acesso em: 26/03/2018.

Nos programas infantis do cenário nacional desta época eram exibidos desenhos animados sobre diversos temas, mas havia em comum um dado prevalente, a saber, personagens protagonistas brancos (Figura 12 e 13). A presença negra nessas produções era na condição de coadjuvante. No desenho animado “Os Anjinhos”, produzido pela Nickelodeon Animation Studios, em parceria com Klasky Csupo, uma das principais personagens, Angélica, subverte a noção de bondade, comumente vinculada aos personagens brancos. Ela se aproveita da habilidade de comunicação entre os bebês e os adultos para obter ganhos. Em oposição às atitudes, temos Susie (Figura 14), personagem negra que possui a mesma habilidade comunicativa de Angélica. Essa, por vezes, ajuda os bebês contra as maldades de Angélica. Em relação ao desenho “As meninas super poderosas”, criada e escrita por Craig McCracken, apenas em 2017, por conta dos debates a respeito da diversidade

e representatividade, ganhou uma personagem negra, batizada por Estrelinha (Figura 15), no Brasil.

**Figura 12:** Desenho animado "Os Anjinhos". 1999.



Fonte: Buzz feed. Disponível em: [https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:\\*&output-format=auto&output-quality=auto](https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:*&output-format=auto&output-quality=auto). Acesso em: 26/03/2018.

**Figura 13:** Desenho animado "As meninas super poderosas", 1998.



Fonte: Buzz feed. Disponível em: [https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:\\*&output-format=auto&output-quality=auto](https://img.buzzfeed.com/buzzfeed-static/static/2016-06/21/14/asset/buzzfeed-prod-web11/sub-buzz-21484-1466534815-2.jpg?downsize=715:*&output-format=auto&output-quality=auto). Acesso em: 26/03/2018.

**Figura 14:** Susie, personagem negra do desenho animado "Os Anjinhos".



Fonte: Recreio Brasil. Disponível em: <http://recreio brasil.wixsite.com/oficial/single-post/2015/12/11/Revivendo-a-Infância-Rugrats-Os-Anjinhos> Acesso em: 26/03/2018.

**Figura 15:** Estrelinha, personagem negra do desenho animado "As meninas super poderosas". 2018.



Fonte: Revista Crescer. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2017/09/meninas-superpoderosas-ganham-primeira-personagem-negra.html> Acesso em: 23/05/2018.

O repertório imagético consumido nos programas e desenhos infantis, mostrados no canal aberto entre 1990 e início dos anos 2000, foram as estruturas que estiveram na base da regulação da minha identidade, dos colegas do bairro e da escola. Embora fôssemos pequeninos, já havíamos nos identificado, consumido e internalizado o padrão estético idealizado pelas mídias e praticado culturalmente.

Em relação ao contexto escolar, nesse período ainda não havia sido criada a Lei nº 10.639, alterada para Lei nº 11.645, de 10/03/2008, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Dessa forma, os determinismos biológicos, arraigados à ideia de raça e gênero eram encarnados facilmente. A referência histórica que tínhamos nos livros escolares era a dos grandes feitos e das belezas europeias, em oposição à condição de escravo dos povos africanos e dos índios como selvagens.

Os sujeitos desenham sua identidade que, de modo dinâmico, se adaptam a uma genealogia de mudanças, em acordo com suas necessidades e interesse e, ainda, necessidades e interesses da rede social que delinea o espaço cultural de suas comunidades (PEREIRA, 2010, p. 209-210).

As crenças e os valores implicam nas interações sociais e são construídas a partir da cultura daquele meio, no meu caso no interior do cariri cearense. Recordo, como exemplo, no contexto da Educação Básica, uma votação "secreta" que havia

entre os meninos da turma para a escolha da menina mais bonita, endossada por uma idealizada visão machista e racista, tomando como referência o padrão caucasiano. As meninas mais branquinhas, de traços afilados, de cabelos lisos e loiros eram consagradas as mais belas e se tornavam objeto de apreciação e desejo. Em oposição, as meninas que tinham os traços distanciados desse padrão, que se aproximavam das características negras, eram consideradas as mais feias e se tornavam objeto de depreciação. Esse desprezo se configurava em segregação e também em agressões.

No primeiro caso, cito como exemplo um período festivo da cidade de Juazeiro do Norte – CE, quando tivemos um grande público católico: o mês de maio, dedicado à coroação de Maria, mãe de Jesus. Para a encenação, era comum e recorrentemente os protagonistas, Maria e os anjos, serem brancos. Tal comportamento ocorria, igualmente, na Paixão de Cristo. Em relação ao segundo – as agressões – ocorriam por meio de bullying racistas embasados a partir dos fenótipos. Os marcadores negróides serviam de matéria-prima para apelidos pejorativos, que visavam ofender e depreciar a identidade negra. Dentre estes, os que mais se escutava eram: “nêga do cabelo ruim”, “cabelo de babuja”, “cabelo de bruxa que espanta passarinho”, “cabelo de bombril”, “cabelo de pixaim”, etc. Esses apelidos me levaram à compreensão de que minhas características eram defeituosas. Sobre esta questão, trago as considerações adiante:

Se o racismo é concebido como um código ideológico em que atributos biológicos são investidos de valores e significados sociais, então, porque nosso cabelo é percebido dentro dessa estrutura, ele é carregado com uma gama de conotações “negativas”. As ideologias clássicas de raça estabeleceram um sistema classificatório simbólico da cor, em que “preto” e “branco” são significados de uma polarização fundamental do valor humano – “superioridade/inferioridade”. Distinções de valor estético, “bonito/feio”, sempre foram centrais para o modo como o racismo divide o mundo em oposição binária em sua adjudicação do valor humano (MERCER, 1987, p. 65).

Segundo Jean Bertrand Pontalis (1991), o fenômeno por trás do racismo se embasaria no ódio que surge, a partir da ideia de projeção. Os sujeitos criam uma distinção entre ele e o outro, construída pelo processo de identificação de padrões e valores. Nesse processo, tem-se a apropriação do sentimento de superioridade pelo sujeito que julga e surge a necessidade de descartar o inferior, gerando ódio e discriminação. Essa atitude é veiculada, simbolicamente, no exercício de

externalização do desprezo ao outro. Uma possível solução seria o sujeito ter conhecimento e capacidade emocional de integrar seus vários eu, ao invés de descartá-los.

O paradoxo é que só se pode descobrir a identidade consigo mesmo, não sendo idêntico aos outros. O racismo, como fenômeno de massa, só desaparecerá com a resolução desse paradoxo, que pressupõe identidade múltiplas, heterogêneas e moveis, e não o triunfo do Um, necessariamente destrutivo (PONTALIS, 1991, p. 46).

Por meio de relato feito por minha mãe, quando eu cursava o infantil e ela arrumava meus cabelos para eu ir à escola, logo em seguida eu corria para molhá-los. Encharcava-os de creme até ficarem rijos e depois passava o pente para deixá-los esticados. Observando esse comportamento, ela passou a aplicar relaxamento em meus cabelos com produtos químicos leves ainda criança. Ela sabia que eu era vítima de preconceito e discriminação na escola, porque toda atividade que comentava que íamos fazer, eu perguntava a ela se negro podia participar. Embora a minha mãe tenha ido à escola pedir esclarecimentos, não obteve êxito.

Com o passar dos anos, passei a usar químicas mais fortes para complementar. Utilizava também como solução estética o cabelo preso com pompons, presilhas, tiara ou com trança de raiz. Aprendi, ainda criança, que havia um problema com minha aparência, por isso passei a sentir vergonha dela. A partir desse entendimento, houve um esforço para me adequar, “melhorando” um dos marcadores que rendiam agressões, a saber, o cabelo. Afinal, ele era o único modelável, já que não era possível alterar a cor da pele, tampouco realizar cirurgias plásticas por causa da menoridade e condição econômica.

As duas referências de mulheres negras adultas, minha mãe e avó materna (Figura 14), não alisavam quimicamente os cabelos, mas em função dos constrangimentos recorrentes, ocorridos principalmente na escola, permitiram a prática do relaxamento. Minha irmã mais velha (Figura 15) também alisava os cabelos em detrimento do mesmo tipo de agressão.

**Figura 16:** Retrato 3X4 da autora ao centro da imagem, da avó materna a esquerda e da mãe a direita infância. 1994 – 2009.



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 17: Retrato da autora com sua irmã mais velha durante infância. 1996.



Fonte: Acervo Pessoal.

Numa das poucas idas ao salão de beleza, pois costumávamos alisar o cabelo em casa, lembro que a cabeleireira, uma conhecida da minha mãe, com o intuito de trazer algum conforto, disse-me algo similar à frase: “Minha filha, não ligue para o que esse povo diz, não. Se cabelo valesse alguma coisa, quando ele nascesse no covão e no bicho do povo, ninguém raspava, deixava lá de enfeite”. Embora houvesse certa pertinência em suas palavras, as imagens no ambiente do salão, sinalizavam o padrão de beleza legitimado, não havia referências imagéticas para advogar a favor do cabelo natural.

Na pré-adolescência, passei a usar químicas mais fortes e meu cabelo vivia constantemente quebradiço, pois os cabelos cacheados e crespos são mais frágeis por causa da distribuição irregular de queratina no fio. Nos meus 15 anos (Figura 18), em 2006, quando encaminhada ao salão de beleza por minha mãe, comuniquei à cabeleireira o nome do alisante que costumava usar em casa, mas ocorreu um problema após alguns dias da aplicação. O alisante deixou meu cabelo extremamente liso, por isso achei incrível o efeito. Um amigo fez um penteado com uma tiara de rosas, acompanhado de um belíssimo vestido feito por minha mãe. Nesse dia, senti-me maravilhosa com minha imagem. Entretanto, dias depois do alisamento, meu cabelo passou a quebrar excessivamente. Pela primeira vez, vi meu cabelo cheio de falhas; a queda foi tão agressiva que perdi todo o volume. Esse fenômeno, chamado de corte químico, pode ser oriundo da aplicação de químicas incompatíveis com o cabelo já alisado ou caracterizado por um rompimento entre o fio que nasce da raiz dos cabelos com a parte quimicamente tratada, o que resulta numa queda agressiva.

**Figura 18:** Retrato da autora na adolescência no seu aniversário de 15 anos, 2006.



Fonte: Acervo Pessoal.

Nesse período, já havia mais referências a respeito do racismo e da opressão de classe. Essa consciência vinha sendo adquirida junto a uns amigos do movimento *Hip-Hop*. Na adolescência, também tive uma breve experiência como integrante de um grupo de *rap* feminino, que tinha por nome “Fragilidade Agressiva”. As letras das músicas tratavam da violência e sofrimento das mulheres. Na TV aberta, também transmitiam seriados protagonizados por personagens negras. Entre os preferidos, estavam “As visões da Haven” e “Todo mundo odeia o Cris”. Por fim, já havia o acesso à internet mediado pelos *cybercafés*. Nessa fase, eu tinha um perfil na rede social *Orkut* e costumava conversar com os colegas da escola. Apreciava assistir vídeos na plataforma do *Youtube* sobre diversos temas, baixar músicas e realizar pesquisas sobre conteúdos da escola.

Na transição da adolescência para a fase jovem-adulta, depois da metade da primeira década dos anos 2.000, minha atenção se voltava dos desenhos animados para as telenovelas, e também foram responsáveis pelo imaginário marginalizado das mulheres negras. Nelas, costumeiramente, tínhamos atrizes negras (Figura 19) nos papéis de profissionais do sexo e empregadas domésticas.

**Figura 19:** Visualidade da novela “Avenida Brasil”, empregada doméstica Zezé servindo de base de sustentação para a patroa Carminha, 2013.



Fonte: Site Na TV por Jonathan Pereira – iG. Disponível em: <[http://natv.ig.com.br/wp-content/uploads/2012/08/carminha\\_zeze.jpg](http://natv.ig.com.br/wp-content/uploads/2012/08/carminha_zeze.jpg)>. Acesso em 23/02/2018.

Acerca dos preconceitos e estereótipos vinculados às mulheres negras nas telenovelas brasileiras, temos as considerações de Marinildes Pereira Martins (2013, p. 70), sobre a empregada Zézé interpretada pela atriz Cláudia Protásio em 2013, na novela Avenida Brasil:

Para Zezé (Cláudia Protásio) sobraram as brincadeiras e a comicidade, vivendo integralmente a vida da família de Tufão, cujos integrantes a retratavam como uma negra invejosa, fofoqueira e incompetente nos afazeres domésticos. O tratamento a ela dispensado pelos membros da família de "Tufão" contrastavam com a série de privilégios e elogios estendidos a outra empregada da trama, "Nina" (Débora Falabela), coincidentemente (?) branca. Apesar de constantemente humilhada pela patroa "Carminha" (Adriana Esteves), que a todo tempo desfere contra ela insultos como “gorda”, “burra”, “imprestável”, “fofoqueira” e outras injúrias, Zezé se mantém fiel a patroa, beijando-lhe a mão e agradecendo sempre pelo tratamento que lhe é dispensando.

Em oposição a esse padrão novelístico, temos produções provocadoras como da artista visual Rosana Paulino, que trata em seus trabalhos a respeito dos papéis sociais condicionadas às mulheres negras, como o Ama de Leite n.1 (2005 – Figura 20). A escultura em terracota, plástico e tecido, é composta por um tronco feminino incorporado por vários seios que incorporam fitas e se ligam com várias bonecas de cor branca. Esse trabalho retoma a função das amas de leites no período

da escravidão. Essas mulheres alcançavam a maternidade por meio de estupros dos senhores brancos, ou por meio da reprodução endógena. Além do papel de reprodutora, também tinha o papel de nutridora dos filhos de seus opressores.

**Figura 20:** Obra da artista Rosana Paulino, Ama de leite n.1. Terracota, plástico e tecido, 2005.



Fonte: As mina na história. Disponível em: <https://asminanahistoria.files.wordpress.com/2015/10/foto-7.jpg>. Acesso em: 19/03/2017

Em 2009, quase com a maioria, ingressei no curso de Artes Visuais da Universidade Regional do Cariri – URCA. Provocada pelo curso, passei a fazer, produzir e ler imagens. Nesse contexto, veio uma compreensão mais profunda da minha condição no mundo. Nesse período, a internet passou a ser uma ferramenta para a pesquisa universitária. No mesmo ano, no campo midiático massivo temos uma mudança discursiva: o lançamento do filme “A princesa e o sapo”, da Walt Disney Studios, protagonizada por Tiana (Figura 21), a primeira animação da carreira da empresa com uma princesa afro. O conto narra o romance de uma garçonete que sonha em abrir seu próprio restaurante, mas se transforma em um sapo fêmea, após tentar quebrar o feitiço de um príncipe que estava transformado em sapo. Nesse desenho animado, temos a despadronização da donzela à espera de um príncipe encantado para salvar sua vida. No decorrer da história, a princesa trabalha para conseguir seus objetivos, o que lhe afasta da ideia de donzela desprotegida, categoricamente nomeada pelo pensamento machista como sexo frágil. O protagonismo de Tiana repercutiu positivamente na proporção do que se tornou:

representação e referência para crianças afrodescendentes e de outras etnias, inclusive para temas de aniversário.

**Figura 21:** Tiana, a primeira princesa afro da empresa Walt Disney, 2009.



Fonte: Site Edgblogs. Disponível em:  
<<http://edgblogs.s3.amazonaws.com/mulher7por7/files/2009/05/a-princesa-e-o-sapo-083.jpg>>.  
Acesso em: 13/10/2017.

Em 29 de março de 2010, criei uma conta na rede social *Facebook*, e na primeira imagem que utilizei no perfil usava cabelo cortado em Chanel com franja (Figura 22). A fotografia em preto e branco, olhando pra um lugar qualquer com uma blusa decotada, transparecia minha condição naquele período: os últimos meses dos meus 18 anos. Conforme Eric Erikson, discípulo de Freud, essa fase equivale a “Quinta idade: identidade x confusões de papéis”, que corresponde à fase genital de Freud. De acordo com o teórico, a pergunta que dirige essa fase é: “Quem Sou Eu?”. E, por consequência, desencadeia uma crise de identidade, decorrente do abandono de algumas identificações passadas e a assimilação com novas identificações até encontrar a que culmina na resposta da pergunta anterior. De fato, nesse período, eu ainda estava em crise com minha identidade. Foi a partir do *Facebook* que passei a me interconectar com o discurso de outras mulheres negras a respeito de sua condição no mundo. Nos anos seguintes, conheci as blogueiras negras e a página do Geledés - Instituto da Mulher Negra. O ciberativismo desse coletivo de mulheres politizadas me surpreendeu, pois encontrei histórias similares à minha e passei a perceber que estava diante de uma cultura que atravessa mulheres negras de várias regiões.

**Figura 22:** *Selfie*, Minha primeira fotografia postada na rede social *Facebook* aos 18 anos de idade, 2010.



Fonte: Acervo da autora.

Em 2012, participei da seleção do *Programa Ciências Sem Fronteiras* e fui aprovada para fazer o intercâmbio na cidade de Bolonha-Itália. O referido programa foi criado no ano de 2011, no período do governo Dilma Rousseff, com o financiamento da Capes, CNPq e empresas parceiras. Tinha por finalidade inovar e expandir a ciência por intermédio do intercâmbio para universidades renomadas fora do país. Esse programa foi muito especial para minha formação na condição de mulher negra, nordestina, interiorana e pobre, pelo fato de possibilitar acessibilidade, para que eu ampliasse meu repertório acadêmico. Foi uma oportunidade ímpar, muito emocionante e de grande impacto, afinal eu estava saindo do campo bidimensional dos livros de “História da Arte” e da internet para as grandes instituições de promoção das Artes. Além do aprendizado acadêmico, aflorou, em mim, outra necessidade: a vontade de ter a mesma qualidade de vida no contexto brasileiro. A essa altura, já se observava os impactos socioeconômicos vividos pelos países descentralizados dos grandes centros hegemônicos, do qual o Brasil faz parte.

Na Europa, passei pelo processo de transição capilar. Tal processo foi registrado pela linguagem da fotografia, que nessa pesquisa compreende-se como uma narrativa visual autobiográfica, em que enfatizei alguns estereótipos negativos, arraigados à ideia de raça, racismo e gênero. Decorrente do processo de normalização, durante minha trajetória pela cultura de massa, fez com que eu adotasse, conflitivamente, o padrão estético do padrão dominante.

Após o ingresso em solo europeu, concomitante ao começo do outono, iniciou-se forçadamente meu conflito com a mudança capilar. Paralelo ao cair das folhas, meus cabelos também caíam. Por esse motivo, utilizei como metáfora

poética as estações climáticas do ano para organizar, de maneira linear, as fases da minha transição capilar, intitulando-as com os seguintes nomes: outono capilar; inverno capilar; primavera capilar e verão capilar.

### 3.1 Estações Capilares

Conforme narrado nos parágrafos anteriores, comecei a alisar os cabelos ainda criança, decorrente das agressões que sofria, tendo meu cabelo associado a adjetivos que negativavam a minha aparência. A respeito dessa adjetivação, Nilma Lino Gomes (GOMES, 2007, p. 116), declara:

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária.

Por mais de uma década alisei os cabelos, e mesmo depois de atingir certo nível de maturidade, não conseguia enxergar o discurso que estava tangível em minha mente. Essa necessidade também surgiu tardiamente para várias mulheres negras, entre elas, temos o emocionante relato da escritora afro-americana feminista Alice Walker (2011), que também demorou décadas para desvelar esse padrão.

Finalmente descobri exatamente o que o cabelo queria: queria crescer, ser ele mesmo, atrair poeira, se esse era seu destino, mas queria ser deixado em paz por todos, incluindo eu mesma, os que não o amavam como ele era. O que acham que aconteceu? (Além disso, agora eu podia, como um bônus adicional, compreender Bob Marley como o místico que suas músicas diziam que era). O teto no alto do meu cérebro abriu-se; mais uma vez minha mente (e meu espírito) podia sair de dentro de mim. Eu não estaria mais presa à imobilidade inquieta, eu continuaria a crescer. A planta estava acima do solo. Essa foi a dádiva do meu crescimento, no meu quadragésimo ano. Isso e saber que enquanto existir alegria na criação haverá sempre novas

criações para descobrir, ou redescobrir, e que o melhor lugar para olhar é dentro de nós mesmos. Que a própria morte, sendo parte da vida, deve oferecer pelo menos um momento de prazer (GELEDÉS, 2011, online)<sup>8</sup>.

A mudança começou a acontecer a partir dos conteúdos aos quais tive acesso na internet, em relação à condição da mulher negra nas páginas citadas anteriormente e outras. Essas referências me motivaram a não continuar alisando o cabelo no contexto europeu, um dos berços dos padrões hegemônicos.

### 3.2 Outono Capilar

O outono marca a transição entre o verão e o inverno. Foi justamente no meio dessa transição climática, no contexto europeu, que iniciei meu embate com a transição capilar. As folhas caíam e, em paralelo a esse caimento, iniciou-se a queda dos fios de meu cabelo, decorrente de outro corte químico suscitado por uma escova inteligente que havia feito no Brasil.

Em decorrência da incidência da queda de cabelo, comecei a procurar apetrechos para camuflar os fios que ainda resistiam. Comprei um acessório chamado bigudim (peças de plástico de formato arredondado utilizado para cachear os cabelos). A partir desse acessório, comecei a mudar a textura do meu cabelo, do liso para o cacheado (Figura 23), almejando cobrir os buracos presentes em meu couro cabeludo, pois já não era possível escondê-los com os fios alisados.

**Figura 23:** Autorretrato/*Selfie*. Cabelo texturizado com bigudins, Bolonha – Itália, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

---

<sup>8</sup> WALKER, Alice. Cabelo oprimido: um teto para as idéias. Geledés, 12/07/2011, [online]. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/cabelo-oprimido-e-um-teto-para-o-cerebro/>, Acesso em: 10/08/2018.

Durante a rotina estressante, em busca de camuflar as imperfeições do meu cabelo, somados ao processo de adaptação à cultura italiana, se passaram alguns meses. Então, percebi o nascimento de uma pequena flor em meio ao asfalto. A flor, aqui mencionada, refere-se ao meu cabelo natural, o qual timidamente crescia próximo à orelha, e, singelamente, começava a ensaiar a curvatura de um cacho.

Confesso que senti uma grande emoção ao ver a primeira curva do meu fio de cabelo. Depois de uma década utilizando cremes alisantes, finalmente meu cabelo natural conseguiu seguir seu fluxo, sem ser atrapalhado por produtos químicos que o transformava em uma linha reta e rígida, pelo peso daquela forma em minha história de vida, ocasionado pelo incômodo físico decorrente dos cremes alisantes e das queimaduras da prancha de cerâmica que usava quase que diariamente, na região de calor escaldante do cariri; e também suportar as queimaduras provocadas por esse acessório.

Essa prática fez/faz parte da rotina de várias mulheres negras. Sobre esse procedimento estético, Juliana dos Santos (Figura 24), criou a performance “Qual é o pente? (2014)”. Nesse trabalho, a artista tem seu cabelo alisado por um pente de ferro aquecido no gás e manuseado por sua avó. Conforme Renata Aparecida Felinto dos Santos (2017), durante a infância, Juliana viveu em meio à disputa familiar entre sua mãe, que incentivava a filha a manter seu cabelo natural, e sua avó que incentivava o alisamento dos cabelos da neta. Na fase adulta, a artista compreendeu que a orientação da avó era muito mais uma medida protetiva para que ela não fosse alvo de discriminações, do que um reforço da estética dominante.

**Figura 24:** Juliana dos Santos, Qual é o pente?, Performance, 2014.



Fonte: Scielo Portugal. Disponível em:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1647-61582017000400002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-61582017000400002) Acesso em: 19/09/2018

A encarnação e manutenção desse sofrimento capilar durante uma década deveu-se à negação de minha identidade, construída em alteridade com reforço massivo do padrão ideal branco.

É contra esse fundo histórico e sociológico que devemos avaliar a economia pessoal e política dos penteados negros. As ideologias dominantes como a do viés branco não só dominam

Ao “universalizar” os valores sociais dos grupos sociais/étnicos hegemônicos de modo que eles se tornem uma norma. Sua hegemonia e sua persistência histórica estão asseguradas em um nível subjetivo pelo modo que as ideologias se constroem posições a partir das quais indivíduos “reconhecem” seus valores como elementos construtivos de sua identidade pessoal (MERCER, 2018, p. 66).

Em estabelecimentos comerciais, o mais comum eram produtos para cabelos misto, ondulado ou liso. No entanto, a variedade dos produtos se concentrava, principalmente, nos cabelos lisos. Atualmente, consigo compreender que, apesar da carência de produtos que atendessem às especificidades dos cabelos afros, não cobrávamos produtos para nossa particularidade capilar. Estávamos identificados com a cultura de dominação que nos levou a imitar seus padrões, que nos doutrinava pelos *outdoors*, novelas, filmes e publicidades exibidas nos canais de TV e fomentava o padrão de valor dominante.

Anterior à produção de produtos para cabelos afros em massa, a internauta Gill Viana 2011 (Figura 25) compartilhava em seu canal do *Youtube* receitas caseiras para cuidar das madeixas naturais. Essa iniciativa vem influenciando um contingente de mulheres a aceitarem suas madeixas naturais e abandonarem o processo de alisamento químico. No momento dessa pesquisa, sua página na rede social *Facebook* contava com mais de 200.000 seguidores e inscritos. Na página, ela produz e compartilha conteúdos sobre cuidados com a beleza, dentre eles, o trato com o cabelo afro. Esse agrupamento de internautas provocou, nos últimos anos, o interesse econômico de empresas cosméticas que passaram a produzir produtos específicos para o cabelo afro.



**Figura 25:** Gil Viana. Página inicial "Coisas de Uma Cacheada" no Facebook. 2018.



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/coisasdeumacacheada> Acesso em: 27/08/2018.

Percebe-se o impacto dos conteúdos veiculados na rede social, no dossiê da *Google Brandlab: a Revolução dos Cachos*, produzido pela secretária do Google, em que se constatou um grande aumento de buscas na plataforma por informações sobre cabelos cacheados. O interesse por cabelos afro cresceu nada menos que 309% nos últimos dois anos e, pela primeira vez, o interesse por cabelos cacheados superou, nas buscas, aquele por cabelos lisos.

**Figura 26:** Dossiê BrandLab: A Revolução dos Cachos, 2017.



Fonte: Google Brandlab. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/>. Acesso em: 08/09/2018.

### 3.3 Inverno Capilar

No inverno, a temperatura diminui e o frio se torna o protagonista da vez. Durante essa estação, na Itália, as temperaturas chegavam a zero grau. Dentre os

itens de agasalho para essa estação, estavam as boinas (Figura 27), que serviram de cúmplice para esconder a ação que discorrerei a seguir.

Amparada pelo conforto de usar boinas durante o inverno, finalmente tomei coragem e realizei o *Big Shop* ou o grande corte, termo utilizado para nominar um corte drástico no cabelo. Consiste no ato de cortar consideravelmente o cabelo após o crescimento de alguns centímetros do fio natural ou raspá-lo por completo. O termo *big shop* se popularizou, em meio ao público afrodescendente, vinculado ao processo de transição capilar.

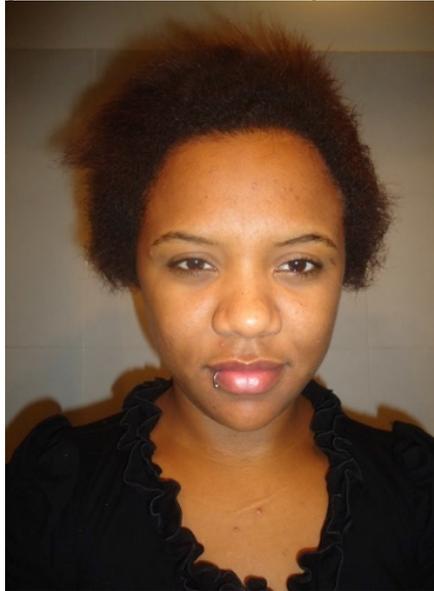
**Figura 27:** Retrato, passeio em um dia de neve utilizando boina, 2013.



Fonte: Acervo da autora.

Um dos motivos para a realização do *big shop* (Figura 28) foi o cansaço diário, somado ao tempo que perdia texturizando o cabelo com bigudins e a percepção de que a queda progressiva e acelerada dos fios já rendia vários buracos em meu couro cabeludo. As boinas serviram como cortina para me resguardar do rompimento de uma relação de poder, pois eu não tinha coragem de sair às ruas e revelar o meu cabelo. Ainda não compreendia que estava vivenciando uma situação de fuga. A fuga de mim mesma. Fuga da condição que configurava a imagem com a qual me identifiquei durante anos. Fuga e medo desse "novo", afinal não havia referências positivas com a imagem do meu cabelo natural.

**Figura 28:** *Selfie*, após o Big shop, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

Na tarde em que realizei a operação do *big shop* (Figura 29), agi tal qual alguém que planeja um crime. Horas antes, passei em uma loja de cosméticos e comprei uma tintura de cor preta. Então, ao entardecer, em horário que não havia ninguém nos espaços coletivos do apartamento, que era compartilhado com mais três amigos, dirigi-me ao banheiro e, em um rito fúnebre com direito a blusa preta, realizei o ato. Simulando um comportamento de juiz que já havia dado a sentença do rompimento com aquele ciclo, sem delongas, cortei os fios. Despojados sobre a pia do banheiro (Figura 30), despedi-me de uma estrutura de poder que povoava minha cabeça por anos.

**Figura 29:** *Selfie*, cenário do rompimento, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 30:** Fios de cabelo alisado sobre a pia, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

A artista visual Priscila Rezende também realiza rituais transgressores em combate a esses padrões, como na “*Performance Bombril*” (Figura 31), que evidencia “a experiência traumática vivida por meninas negras durante o período de formação escolar” (SANTOS, 2017, p. 26). Em resposta às famigeradas associações do seu cabelo com esponja de aço da marca Bombril, a ação performática ocorre num ritual tenso em que a artista lava panelas com seu cabelo, dando forma a essa agressão, com uma cena de atrito violento.

**Figura 31:** Priscila Rezende. Frame da Performance Bombril.



Fonte: Canal Youtube “Memorial Minas Gerais Vale”. 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IHV2\\_5naHH8](https://www.youtube.com/watch?v=IHV2_5naHH8) Acesso em: 15/06/2018.

Mesmo com baixa auto-estima pela perda dos cabelos, não me sentia constrangida ou oprimida na Europa. Sabia que estava em um dos berços hegemônicos, mas foi na cultura cariense que fui "doutrinada" e me apropriei da ideia de pertencimento.

No passado histórico do Ceará, temos o mito da ausência de negros, deflagrado no pós-abolição. Embora sejamos muitos, essa invisibilidade está infiltrada no inconsciente coletivo e permanece ativa até hoje. A revolução dos cachos deu origem a vários produtos, conteúdos e transições capilares e mudaram a paisagem estética da região, com lindas e frondosas cabeleiras crespas e cacheadas. Antes desse fenômeno, era comum ser questionada, em vias públicas, sobre minha identidade por que passei a usar o cabelo natural colhendo minha ancestralidade. Perguntavam a minha origem e me associavam à identidade baiana, estado que tem um elevado índice populacional negro.

### 3.4 Primavera Capilar

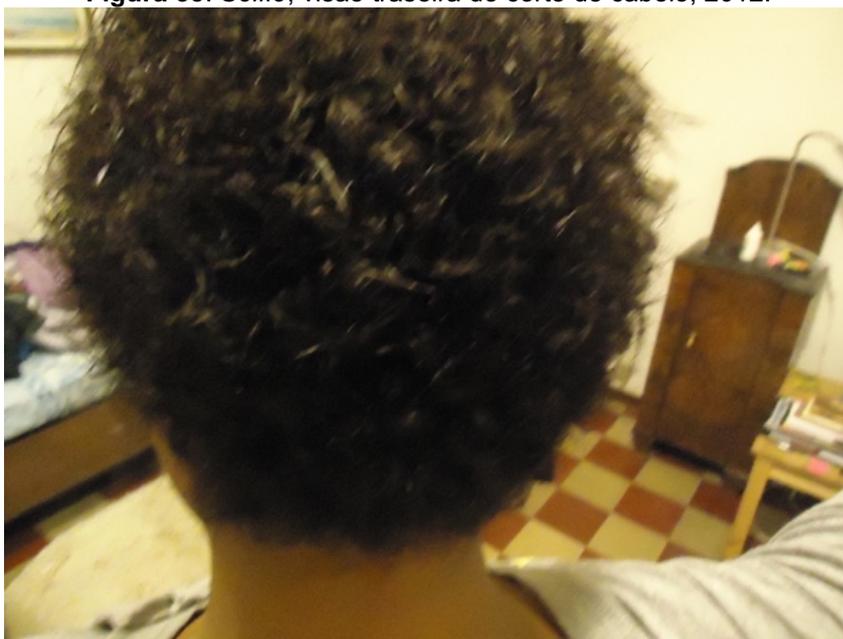
Estação marcada pelo reflorescimento da flora terrestre. As primeiras flores nos jardins se abriam juntamente com meus cachos, que já havia superado as primeiras curvas (Figuras 32 e 33). Nessa etapa, a vergonha já tinha sido substituída pela coragem e pelo cuidado com aquela safra de fios, que há uma década não germinava.

**Figura 32:** *Selfie*, primeiros penteados pós big shop, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 33:** *Selfie*, visão traseira do corte de cabelo, 2012.



Fonte: Acervo da autora.

Anteriormente, havia feito vários cortes químicos, mas sempre voltava a alisar o cabelo. Dessa vez, porém, tive dois termômetros de punho afetivo. Um dos motivos que me incentivou a querê-los naturais foi a saudade. Distante da cultura cariense, meu corpo passou a cobrar elementos que invocassem a ideia de pertencimento. Quando reparei meu cabelo nascendo naturalmente, aquela imagem evocou memórias que, intuitivamente, associei a uma identidade perdida. Esse fio natural recordava o cabelo da minha avó materna (Figura 34), já falecida, que era similar ao meu. Naturalmente, ela não alisava o cabelo. Quando eu era criança, minha avó costumava trançar cuidadosamente os fios para não machucar minha cabeça. Ela não aconselhava o alisamento do meu cabelo, mas também não interferia na escolha de minha mãe ou, quando anos depois, essa passou ser minha escolha. Sentia-se incomodada somente quando presenciava a realização do alisamento, alegando que tal procedimento poderia ser maléfico e que tinha um cheiro péssimo. Compreendo esse incômodo, tendo em vista que sua rotina capilar era composta por dois itens: óleo de coco e um shampoo. Como penteado utilizava um coque, preso com auxílio de grampos.

**Figura 34:** Retrato da minha avó materna jovem, Luiza Lourenço de Souza (Ingazeiras-CE/1934 – Juazeiro do Norte -CE/2003).



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 35:** Retrato da minha avó materna idosa, com a filha e netos.



Fonte: Acervo da autora.

O segundo motivo foi o local. Estava longe da região do cariri, do território em que construí minha identidade pessoal e coletiva. No contexto europeu, mesmo

sendo um dos berços hegemônicos, me desprendo dessa necessidade de aceitação. Embora admirasse a cultura local em muitos aspectos, não me integrei a ela, até porque por lá fiquei apenas um ano. Não me sentia intimidada ou com a necessidade de justificar a escolha da transição capilar. Mesmo no período em que escondia o cabelo com uma boina, eu não era deles; era de mim mesma, das referências culturais da região onde nasci.

### 3.5 Verão Capilar

A estação mais quente do ano. A temperatura estava alta, não havia mais motivos para usar boina. Nessa altura, eu já exibia os fios naturais na rua, sem a mediação de acessórios (Figura 36). Mas confesso que, até o ano de 2014, vinculada a uma crença de gênero ligada aos padrões binários aprendidos culturalmente da região do Cariri, me incomodava um pouco a estética do cabelo curto, já que neste local é legitimado a ideia de que cabelo longo é para mulher e cabelo curto é para homem. Algumas vezes, senti a necessidade de alongar o comprimento do cabelo e acabei pranchando (Figura 37). Entretanto, não era por vontade de retornar ao velho discurso, pelo fato de que já me identificava com os cabelos naturais crespos, e essa crença também foi superada.

**Figura 36:** Retrato, fotografia de perfil com o cabelo natural, 2013.



Fonte: Fotografia de Jéssica Duarte. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3340107358540&set=t.1781630749&type=3&theater>.  
Acesso em: 15/02/2018

**Figura 37:** Retrato da autora com os cabelos pranchados, 2014.



Fonte: Acervo da autora.

Em 2013, retornei para o Brasil. As questões étnico-raciais ficaram mais evidentes em minha visão de mundo. Durante a composição do trabalho de conclusão de curso, com a ajuda da orientadora Vanessa Raquel Lambert, descobri uma deficiência em minha formação acadêmica: ela estava marcada pela ausência de teóricos e artistas negros. Esse trabalho deu subsídios para o projeto de pesquisa do mestrado.

Segundo Marcia Lima (2018), ser negro no Brasil condiciona sua mobilidade social, até mesmo quando se ultrapassa as barreiras educacionais, os salários são desiguais, essa desigualdade também se expressa nos indicadores de violência, a taxa de homicídios da população afrodescendente é superior em relação à população branca. Em resistência a esse formato, ela destaca que as rebeliões escravas, a formação dos quilombos, a imprensa negra, assim como a produção intelectual e artística dos negros brasileiros, são alguns de muitos exemplos históricos do engajamento de negros e negras na demanda pela igualdade racial.

Avaliando de forma geral toda essa trajetória, atualmente percebo que me sujeitei à padronização que se fazia vigente nos rótulos comerciais, por me sentir inadequada. Adotar essa “estética” também foi uma forma de me branquear para camuflar as humilhações públicas, como aquelas sofridas durante a infância, configuradas nas piadinhas em torno da minha pele e do meu cabelo crespo.

Desse modo, hoje me sinto confortável com meu cabelo, estou livre dos estigmas que me faziam sentir vergonha dele, me sinto em paz e orgulhosa da sua

textura, tenho prazer em manuseá-lo e não há problema algum em deixar outras pessoas pegarem nele; estou livre!

Como efeito, também acolhi o resto do meu corpo, minha boca grande, meu nariz largo, minha pele, vejo beleza e humanidade. Aprendi a respeitar minha natureza, minha ancestralidade, desinstalei o filtro que me impedia de aceitá-los. Por meio desse episódio da minha história de vida, procurei exemplificar os efeitos do racismo sobre a identidade de um sujeito. As estações capilares acabaram, felizmente, e atualmente me encontro com as madeixas pretinhas, na altura do pescoço (Figura 38), mas a vigilância e a resistência ainda continuam. Avante!

**Figura 38:** Retrato atual da autora, 2018.



Fonte: Acervo da autora.



**4**

**VISUALIDADE E RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA: GRUPO DE MULHERES  
“PRETAS SIMOA” (CARIRI CEARENSE)**

“Terra da luz”. Este título foi dado pelo abolicionista, jornalista e ativista político José do Patrocínio (1853-1905), em razão do Estado do Ceará ter sido o primeiro a decretar o fim da escravidão, em 25 de março de 1884, na Vila Acarape – hoje, município de Redenção –, anos antes da promulgação da Lei Áurea de 1888.

Sobre as condições de vida escrava no Ceará, os estudos realizados por Eduardo Campos (1984), baseados em análises de anúncios de jornais do Ceará publicados no século XIX, proporcionam uma visão geral da relação estabelecida entre senhor e escravo. Com base em notícias que anunciavam as fugas dos “negros fujões”, é possível ter uma ideia quanto aos castigos praticados na época: açoite, morte, amputação, também havia a prática de pedir pose de pessoas livres para reduzi-las à escravidão. Em relação a prática citada anteriormente, Campos (1984) menciona um dos casos registrados pelo noticiário *O Araripe*, ocorrido no Crato-CE, em 1856. O capitão da guarda nacional, João Pereira de Carvalho, passou a constranger Hypolita Maria das Dores. Ao dirigir-se ao juiz Fernandes Vieira, via procurador, declarou que a “escrava parda Hypolita”, com idade entre 26 e 30 anos, havia fugido há mais de 16 anos, sendo ela uma “peça” de herança de sua sogra. Argumenta que Hypolita havia zarpado e migrado para casa do major Gualter Martiano de Alencar Araripe – seu inimigo –, que prometera libertá-la. Perante as autoridades, o capitão exigia a manutenção da posse de Hypolita até que fosse comprovada sua real condição de liberdade. Inventários foram analisados, mas não localizaram nenhum vínculo entre Hypolita e o seu opressor. Inconformado com o trâmite do processo em aberto, o Capitão passou a reclamar não somente a posse da pretendida escrava, bem como a dos cinco filhos de Hypolita – Gabriel, Rafael, Daniel, Pedro e Maria, que após o pedido de posse do capitão, foram exilados na cadeia do Crato. Enquanto o processo decorria, nesse mesmo ano é decretado judicialmente, após uma longa trava jurídica, o status de pessoa livre à Hypolita.

O movimento abolicionista atuante no Estado era constituído pela classe popular e pela elite cearense. Uma vez unidos, combateram e denunciaram a violência perpetuada pelos senhores de escravos através de greves, da imprensa e de outros meios. Dentre as atitudes de resistência ao sistema escravocrata da época destaca-se “A Greve dos Jangadeiros”, ocorrida em 1881, liderada por Francisco José do Nascimento – o “Dragão do Mar”. Este, reunido com outros jangadeiros, recusou-se a transportar um contingente de escravos para embarque em navios negreiros destinados ao Sul do país. O Ceará passou a vender escravos para suprir a mão-de-obra na região sulina. Com o avanço do mercado capitalista, o trabalho escravo passou a ser incompatível com a economia em ascensão. Como consequência, em 13 de maio de 1888 foi decretado o fim da escravidão no Brasil.

Nesse período, a seca de 1877 assolava o Ceará, prejudicando sua economia, tornando inviável a manutenção do trabalho escravo. Nesse cenário, a Inglaterra começa a pressionar o Brasil para abolir o regime de escravidão. Dentre as medidas adotadas para o cumprimento do acordo de libertação dos escravos, os ingleses passaram a fiscalizar os mares, bloqueando o ingresso de novos cativos no país. Esse acordo não tinha, contudo, um caráter de justiça social. Ela visava a integração do Brasil à economia mundial decorrente da riqueza natural do país em matéria-prima, como exemplo a borracha e o café.

Conforme Janote Pires Marques (2013), apesar da ativa participação dos negros na luta pela liberdade, as campanhas e os movimentos abolicionistas liderados pela elite intelectual cearense – orientada pelos ideais patriotas do “civismo e progresso” – posicionaram-se como protagonistas históricos do abolicionismo e distanciam-se da essência dessa luta, a saber, a liberdade e justiça para os povos escravos. Marques (2013, p.353) evidencia tal fato em discursos e títulos de periódicos da época, ente os quais o do *Jornal Libertador*, de 1884: “*Homenagem a Sociedade Cearense Libertadora*”; “*Homenagem ao povo cearense*”; “*Homenagem aos libertadores, ousados paladinos*”; “*Glória ao Ceará*”; “*Salve o 25 de Março*”; “*Le Jour de Gloire et arrivé*”; “*Salve, cidadãos cearenses!*”; “*Aos grandes homens*”. A autora acrescenta que, nas comemorações do pós-abolição, em 25 de março de 1884 na cidade de Acarape, que teve seu nome alterado para Redenção, em função da libertação dos escravos, no clamado dia se teve missa, homenagem às autoridades e



abolicionistas e marcha cívica. No entanto, os negros ficaram de lado também nesses eventos, tendo apenas a presença ilustrativa de Inês Maria da Anunciação, mulher negra representante dos libertos durante o desfile de encerramento das festividades.

A historiografia oficial cearense fundamentada pelos intelectuais do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), no pós-abolição, ao avaliarem a presença negra no Estado a partir da comercialização escravista, a definiram como “branda” em decorrência do pouco fluxo de escravos no Estado. A partir desse dado, concluiu-se a mínima presença dos traços negros africanos na formação étnica local, o que veio a originar o mito da ausência de negros na formação populacional cearense. Em oposição ao mito da “escravidão branda”, Alex Ratts (2009) mapeou, em seus estudos que, na década de 1980, com o surgimento do movimento negro no Ceará, ocorreu o surgimento de grupos na Capital e nas cidades do interior vinculados às classes populares, que atuavam em uma ou várias frentes em prol da sua memória, cultura (capoeira, candomblés, congos e maracatus) e identidade (ancestralidade africana). Em concordância com Ratts (2016, p.9), a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE, 2010):

Se no Brasil temos 50,94% de negros, na região Nordeste este percentual é de 69,23% e no Ceará é de 66,89%. Como se pode verificar no apêndice, este número fica em 62,28% em Fortaleza e 64,61% na região metropolitana da capital.

#### **4.1 Movimento Negro Cariri**

De acordo com Nelson Fernandes Inocêncio da Silva (2001), o movimento negro popularizou-se no Brasil após 1970, tendo como vanguarda o MNU (Movimento Negro Unificado), que se tornou uma entidade de amplitude nacional. Em todo o país, o movimento negro assumiu a postura de ator social em frente à cobrança e aplicação de políticas públicas em prol da redemocratização política, social, cultura e educacional do país. Atualmente, existem inúmeros grupos lutando pela memória, cultura e identidade negra do Ceará. A respeito do movimento negro no Cariri, podemos mencionar as atuações do “Grupo de Consciência Negra” (Juazeiro do Norte), do “Grupo de Mulheres Negras - Pretas Simoa” (Crato) e do “GRUNEC - Grupo de Valorização



Negra do Cariri” (Crato). Destes, o GRUNEC é um dos mais antigos, fundado em abril de 2001, com caráter de associação civil, sem fins lucrativos, tendo entre seus associados religiosos, professores, artistas, profissionais liberais, estudantes, negros e não-negros, atingindo um grande contingente de espaços e pessoas.

Observa-se que não é possível mensurar o público atendido pelo movimento, visto que a participação nos atos públicos tem grande público — a exemplo da Marcha Regional de Mulheres Negras do Cariri Cearense, que, segundo o jornal Diário do Nordeste, chegou a 1.500 pessoas nas ruas do Crato. Participam dos múltiplos eventos, estudantes, agricultores e agricultoras, juventudes, quilombolas, mulheres e homens vinculados a associações, povo de terreiro e/ou entidades, inclusive o poder público. Afirma-se que 3.000 pessoas são envolvidas direta ou indiretamente com a ação do movimento na região (COSTA; ALCÓCER; DOMINGOS; PINTO; SILVA, 2018, p.1406).

Podemos acompanhar a atuação do referido grupo nas plataformas digitais, utilizando as redes sociais para compartilhar e denunciar os casos de racismo na região.

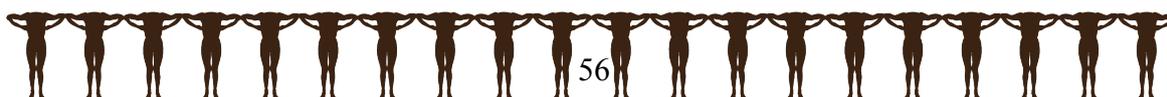
**Figura 39:** Nota de repúdio do GRUNEC publicada em sua página do *Facebook*, a respeito de um caso de racismo dentro da Universidade Regional do Cariri - URCA.



Fonte: *Facebook*. Disponível em: [https://www.facebook.com/grunec.cariri?\\_\\_tn\\_\\_=%2CdC-R-R&eid=ARBvdmyLMHupNAel5H1Xwixd6fFT-re-OBAF2TN5Rto0f6FUDmDigUxy6kNGEfNPxQ2IHP5wYnSo25Rs&hc\\_ref=ARQdYuoxKd7fFguaesCuuAaHk4hJH6W90Ja0GQ8ZV-tuVbh0GJd4FWsrFvDlhZVxm1s&fref=nf](https://www.facebook.com/grunec.cariri?__tn__=%2CdC-R-R&eid=ARBvdmyLMHupNAel5H1Xwixd6fFT-re-OBAF2TN5Rto0f6FUDmDigUxy6kNGEfNPxQ2IHP5wYnSo25Rs&hc_ref=ARQdYuoxKd7fFguaesCuuAaHk4hJH6W90Ja0GQ8ZV-tuVbh0GJd4FWsrFvDlhZVxm1s&fref=nf) Acesso em:

## 4.2 Direitos conquistados por lei

Em relação aos direitos assegurados pelo Estado brasileiro, por intermédio da Constituição Federal de 1988, declara-se a importância da promoção da igualdade social. A partir de então, a prática de racismo passou a



configurar como crime inafiançável e imprescritível por lei. Após as conferências ocorridas em Pequim (1995) e Durban (2001), ocorreu a criação da lei eleitoral nº 9.504/1997, que destina cotas para o ingresso das mulheres nas casas legislativas, e a aprovação da Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006. Essa lei objetiva prevenir, proteger e proibir a violência doméstica e familiar de caráter público ou privado contra as mulheres. Em relação às políticas de valorização da população negra, foram aprovadas as leis federais nº 10.639/2003, posteriormente modificada pela lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas da rede pública e privada de ensino. Por último, também foi aprovada a lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Não obstante, apesar da importância histórica dessas leis, o racismo continua operante no país.

#### 4.3 Narrativas midiáticas do “Grupo de Mulheres Negras - Pretas Simoa”

Nos capítulos anteriores, foi dito que as *novas tecnologias da Informação e comunicação (NTICs)* estão a serviço da expansão e do desenvolvimento do mercado global. Nelas estão engendradas as estruturas e as organizações do discurso hegemônico imposto pelas indústrias culturais. O advento da *web 2.0* propiciou a dinamização do ciberespaço, que passou a assumir um caráter mais democrático e popular graças à possibilidade de interação mediada pelas redes sociais *online*.

Queiramos ou não, aproveamos ou não, as novas forças e relações postas em movimento por esse processo estão tornando menos nítidos muitos dos padrões e das tradições do passado. Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio (HALL, 1997, p. 20).

A partir dessas ponderações, interessou-se apresentar neste capítulo o ciberativismo *online* do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa) em prol da luta contra o racismo e o machismo. A trama dessa discussão desenvolve-se a partir das visualidades publicadas na *timeline* (linha do tempo) do referido grupo em sua página do *Facebook* entre 2014 e 2017. A respeito do recorte temporal, 2014 corresponde ao ano das primeiras publicações do “Pretas Simoa” na página do *Facebook*; já 2017, ao ano das últimas publicações. Atualmente, a



página do grupo encontra-se fora de atividade, informação adquirida em entrevista com o “Pretas Simoa”.

Na página do grupo, coletou-se visualidades que condensam a simbologia e os discursos do grupo sobre temas relacionados ao cotidiano das mulheres negras do Cariri cearenses – em diálogo com outras mulheres do Brasil –, bem como suas atitudes de luta/resistência contra o racismo, injúria racial e outras formas de discriminação e preconceito. A escolha pelas “Pretas Simoa” adveio do interesse em conhecer a forma como as organizações de mulheres negras que vivem na região do Cariri cearense são atingidas, e como elas enfrentam os fenômenos cotidianos acima citados. Trabalhou-se com a abordagem da cultura visual e adotou-se, como processo de pesquisa, a lógica da própria interface do *Facebook*, com ênfase nos seguintes aspectos: imagens do perfil e da capa; publicações (ou postagens); marcações em postagens; compartilhamentos; comentários.

Além dessa estratégia, com vistas à fundamentação das teorias empíricas identificadas nas visualidades coletadas, realizou-se uma entrevista direcionada, consultas ao *blog* do respectivo grupo, com o acréscimo de levantamento bibliográfico e leitura das fontes de pesquisa sobre o tema.

Iniciamos essa reflexão partindo do nome adotado pelo coletivo: “Pretas Simoa: Grupo de Mulheres Negras do Cariri”. A definição encontra-se na apresentação do *blog*, cujo *link* está disponibilizado na área “Sobre” do *Facebook*, então destinada à apresentação do perfil da(os) usuárias (os).

“A Preta “Tia Simoa” foi uma negra liberta que, ao lado de seu marido (José Luís Napoleão) liderou os acontecimentos de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza – Ce, episódio que ficou conhecido como a “Greve dos Jangadeiros”, onde se decretou o fim do embarque de escravizados naquele porto, definindo os rumos para a abolição da escravidão na então Província do Ceará, que se efetivaria três anos mais tarde. No entanto, apesar de sua importante participação para a mobilização popular que impulsionou os acontecimentos, esta mulher negra teve sua participação invisibilizada na história deste Estado onde, ainda hoje, persiste a falsa premissa da ausência de *negr@s*” (PRETAS SIMOA, 2014, online)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://pretassimoa.wordpress.com/tag/preta-simoa/> Acesso em: 26/12/2018.



Essa apresentação indica a invisibilidade da mulher negra na historiografia do Estado do Ceará, o efeito cascata ocorrido nos últimos séculos e, por consequência, a ausência de documentação na historiografia nacional a respeito das lideranças negras femininas. Nas palavras das Pretas Simoa, essa ausência na história oficial implica na falta de pertencimento, na subjetividade, e comunga com a perpetuação do imaginário estereotipado e negativo das mulheres negras.

É neste sentido que buscamos reescrever nossa história, para que possamos nos reconhecer como sujeitos em nosso próprio discurso e, assim, fortalecer os laços de nossa identidade através da organização coletiva. Pouco sabemos sobre a vida da Preta “Tia Simoa”, que de forma quase que despercebida passa as vistas dos historiadores, constando apenas um minúsculo relato sobre sua participação na Greve dos Jangadeiros de janeiro de 1881 (GIRÃO, 1984, p.104), o que demonstra a dívida histórica deste país para conosco (PRETAS SIMOA, 2014, online)<sup>10</sup>.

A apropriação do nome “Simoa” revela-se numa atitude afirmativa ao passo que descoloniza e provoca revisões na historiografia cearense. Resta ressaltar, ainda, as variantes de “raça” e de “gênero” na sociedade de classe e as relações de poder que as estruturam, conferindo à mulher negra um lugar deslegitimado. O nome do grupo enfatiza a identidade feminina: o “Pretas” reforça o perfil racial; o “Simoa” sinaliza a liderança feminina negro-cearense; “Mulheres Negras” servem como indicadores de raça e gênero.

Na região do Cariri cearense existem mulheres negras de histórias emblemáticas, que causam, até hoje, admiração e devoção entre alguns atores sociais da região. Na cidade de Juazeiro do Norte, há os relatos em torno da vida de Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, também conhecida como beata Maria de Araújo. Nascida no século XIX, falecida em 1914, negra, descendente de pessoas escravizadas, ela vivenciou o fenômeno denominado “milagre da hóstia”. Numa manhã de março de 1889, tomou em sua boca a partícula da comunhão que, logo em seguida, transformou-se em sangue. O fenômeno foi questionado e Maria passou por severas avaliações, encarceramento e marginalização. Atualmente, existem vários debates sobre o viés racista da

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://pretassimoa.wordpress.com/tag/preta-simoa/> Acesso em: 26/12/2018.



época, problematizado segundo a perspectiva de gênero, raça e classe, que levaram ao silenciamento de Maria de Araújo – mulher negra pobre – e à ascensão de Padre Cícero Romão – homem branco, sacerdote da Igreja Católica.

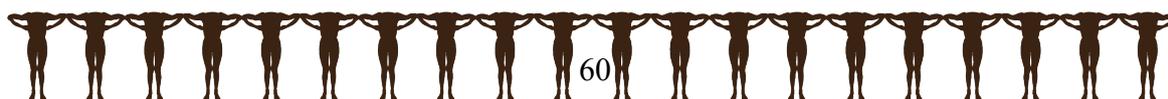
Na cidade do Crato, há uma personagem conhecida como Maria Caboré. A mesma, possuía problemas mentais; no entanto, conseguiu inspirar a confiança dos moradores da cidade, decorrente da sua disposição de ajudar a todos. No ano de 1936, durante um surto de peste bubônica, ela transpareceu os sintomas da referida doença e foi conduzida para um ponto de vacinação. Em consequência dessa vacina, Maria Caboré teve uma reação adversa e foi a óbito.

José Felipe de Lima Alves e Hayane Mateus Silva Gomes (2018), em um estudo de caso realizado no cemitério da cidade do Crato, constataram o protagonismo de Maria Caboré na cultura fúnebre da cidade, onde muitos a têm como figura santa e milagreira.

De acordo com a sua história que vem sendo semeada ao longo dos anos, Maria Caboré era uma mulher independente, que deixava seu problema mental de lado e ia em busca do que queria. Solteira e sem obrigação de realizar os serviços domésticos, ganhava as ruas do Crato e o seu destino era apenas ajudar as pessoas, o que fez com que ficasse conhecida por todos. Incorporou um papel de mulher e perpassou as regras sociais fazendo com que adquirisse um valor que ficou fixado na cultura do lugar (ALVES; GOMES, 2018, p.6).

Retomando o grupo das *Pretas Simoa*, elas assim definem-se: “Somos mulheres negras empoderadas, atuantes e ativistas na região do Cariri, interior do Ceará”. O grupo se interessa pelos seguintes temas: feminismo negro; história; identidade; poesia; racismo; sexismo. Tem como referência personalidades como Dandara (Guerreira negra do Quilombo dos Palmares falecida em 1694), Lélia Gonzalez (1935-1974), intelectual negra, brasileira, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado; Sueli Carneiro (filósofa e ativista brasileira nascida em 1950).

É possível ver, a seguir, a construção simbólica e os discursos presentes nas visualidades presentes em sua página do *Facebook*. Começamos pela imagem do perfil (figura 40), que serve de logotipo para a identificação do grupo.



**Figura 40:** Pretas Simoa, imagem de perfil, identidade Visual, 2014.



Fonte: *Facebook*. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/pretassimooa/photos/a.1396182210648384/1710316475901621/?type=1&theater> Acesso em: 24/06/2018.

A técnica utilizada na elaboração desse logotipo recebe o nome de “positivo-negativo”. De acordo com Donis A. Dondis (1997, p. 47), essa técnica cria uma sequência na visão, causando uma ilusão de ótica que separa e, ao mesmo tempo, unifica o espaço positivo-negativo através da dinâmica do contraste. Nesse jogo, a tensão ativa, aquela que domina a visão, é denominada positiva; já a tensão passiva registra-se como negativa.

No logotipo, tem-se como espaço positivo a silhueta e o nome do grupo na cor preta, ao passo que o espaço negativo é representado pela cor amarela. Esta cor, segundo declaração das próprias integrantes do grupo, indica um espaço não-fixo, que pode ser substituído por outras cores, texturas ou mesmo imagens. A silhueta representa um busto de perfil, aparentemente feminino, com um turbante (amarração feita com tecido sobre a cabeça), um adereço que simboliza o empoderamento, a resistência, a luta e a valorização da ancestralidade africana. Esse adereço tem o formato de um brinco, inspirado em um símbolo *adinkra* – o *Akofena* –, sistema simbólico e de escrita do povo Akan (Gana), representado por duas espadas cruzadas.

Símbolos da autoridade do Estado, a legalidade, a autoridade legitimada de um governante, o reconhecimento de bravura ou atos heroicos. Akofena, as espadas cruzadas, é um símbolo popular nos escudos heráldicos de muitos dos antigos Estados Akan (CARMO, 2016, p. 57).



Nas palavras das *Pretas Simoa*, a apropriação simbólica do *Akofena* visa aludir a ideia de mulheres guerreiras. De fato, a técnica de contraste, em conjugação com os elementos simbólicos, resulta em uma composição vibrante, que transmite a ideia de força, empoderamento e resistência. Atributos necessários para lidar com as mutáveis roupagens do fenômeno do racismo contemporâneo e da consequente opressão de classe/gênero.

Observa-se a continuidade do discurso de empoderamento e resistência na “imagem de capa” da página do *Facebook* das *Pretas Simoa*. Entre as várias imagens, tem-se o registro de uma performance realizada pelo coletivo contra a hipersexualização da mulher negra na mídia brasileira. Tal ação foi desencadeada a partir de uma foto divulgada nas redes sociais por Sheron Menezes (Figura 41), com as candidatas do concurso “Globeleza”, destinado à escolha de uma “mulata” para protagonizar a vinheta de Carnaval de uma das maiores emissoras de televisão do país.

**Figura 41:** Sheron Menezes e candidatas “Globeleza” para o Carnaval de 2014.



Fonte: *Facebook*. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/apresentadora-e-criticada-por-foto-das-candidatas-a-globeleza> Acesso em: 20/01/2019.

Nessa imagem, as candidatas estão de costas, trajando biquíni fio dental na cor dourada, com a atriz Sheron Menezes posicionada de frente, no meio e na altura das nádegas das participantes, com as mãos configurando um gesto popularmente utilizado como interrogação: hipótese confirmada por meio da associação com a frase “Qual delas você acha que deve ser a Globeleza 2014?????”. Quanto a esse fato, as *Pretas Simoa* publicaram a seguinte crítica:

Esta é a única vez onde a beleza da mulher negra, reduzida a região inferior traseira, ganha vez na televisão para anunciar o produto bom, bundudo e barato ofertado para o entretenimento dos foliões estrangeiros que movimentam a economia turística do país. No resto do ano, sabemos bem o espaço que a televisão brasileira nos reserva: a cozinha ou a prisão (PRETAS SIMOA, 2014, online)<sup>11</sup>.

Nesse contexto, o corpo da mulher negra é reduzido ao status de mercadoria, classificado por critérios racistas vinculados a antigos estereótipos – a “Vênus Hotentote” contemporânea – para se exibida e despida em rede nacional, como objeto exótico e sexual. Sobre a natureza do caso da *Globeleza*, Djamilia Ribeiro (2018, p.143), problematiza que:

É necessário entender o porquê de se criticar lugares como o da *Globeleza*. Não é pela nudez em si, tampouco por quem desempenha esse papel. É por conta do confinamento das mulheres negras a lugares específicos. Não temos problema algum com a sensualidade, o problema é somente nos confinar a esses lugares negando nossa humanidade, multiplicidade e complexidade. Quando reduzimos seres humanos somente a determinados papéis e lugares, se está retirando nossa humanidade e nos transformando em objetos.

O texto crítico, lançado pelas *Pretas Simoa*, declara que a redução das mulheres negras à condição de objetos sexuais inferioriza a identidade desse segmento da população brasileira, colocando-as em situações de risco e de vulnerabilidade.

Convivemos cotidianamente com diversos tipos de violência associados a esta imagem mercantilizada do nosso corpo, patrocinada e propagada pela mídia brasileira. Esta violência é de ordem moral, uma vez que a nós difama e fere nossa honra

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://pretassimoa.wordpress.com/tag/preta-simoa/> Acesso em: 26/12/2018.



e reputação; é física ao por em risco a integridade de nosso corpo, já que somos tidas como “disponíveis”; e também psicológica, por implicar diretamente na percepção que temos de nós mesmas e interferir no nosso comportamento afetivo e sexual que se ampara nessa cruel identidade hipersexualizada em que somos vistas e que muitas vezes acaba implicando no reflexo que vemos no espelho (PRETAS SIMOA, 2014, online)<sup>12</sup>.

Desse modo, observa-se a regulamentação de um discurso, propagado pelas novas mídias, que servem de veículos para transmissão da cultura de massa. Como contraponto, temos a ação performática das *Pretas Simoa*, idealizada a partir da linguagem da fotografia (figura 42), propagada como “imagem de capa” da rede social *Facebook*, acompanhada pelo texto acima destacado.

**Figura 42:** Pretas Simoa, capa da *timeline* do *Facebook*, ação performática, 2014.



Fonte: *Facebook*. Fotografia de Lino Fly Kariri. Disponível em: <https://www.facebook.com/pretassimoa/photos/a.1396183047314967/1396182997314972/?type=1&theater> Acesso em: 24/06/2018.

Na fotografia, as integrantes do grupo se apropriaram da configuração do concurso promovido pela rede Globo, também posando de costas, trajando biquíni. No entanto, subvertem a mensagem do citado concurso ao adicionarem, como elemento crítico-simbólico, um código de barras sobre as nádegas de cada ativista, com o propósito de problematizar, denunciar e combater os estereótipos em torno do corpo negro veiculado pelas mídias brasileiras.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://pretassimoa.wordpress.com/tag/preta-simoa/> Acesso em: 26/12/2018.

Posto isso, é necessário o olhar vigilante e de estranhamento sobre os papéis sociais difundidos pelos meios de comunicação de massa, visto a recorrente associação da população negra à condição de sujeitos subservientes. Nessa perspectiva, Carneiro (2003, p. 125) declara: “*Esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta os aspectos de funções e habilidades que ela pode exercer, mesmo em condição econômica adversa*”.

Entre as ações das *Pretas Simoa*, publicadas na página do *Facebook* encontra-se, também, a intervenção “Tribunal de Rua”<sup>13</sup> (figura 43), realizada com a finalidade de conscientizar o universo acadêmico para a necessidade de combater o racismo e cobrar providências da administração da URCA (Universidade Regional do Cariri) quanto aos casos de injúria racial e pichações em banheiros da universidade.

**Figura 43:** Pretas Simoa, publicação na pagina, intervenção “Tribunal de Rua”, 2014.



Fonte: *Facebook*. Disponível em:

<https://www.facebook.com/pretassimoa/photos/a.1400390696894202/1406963419570263/?type=3&theater> Acesso em: 15/08/2018.

<sup>13</sup> Vídeo de registro da ação Tribunal de Rua. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vM5jDtVwgd0> Acesso em: 20/01/2019.



A publicação é composta por duas imagens, uma superior e outra inferior, na qual lê-se a seguinte frase: “Nenhuma de nós merece ser estuprada”. A primeira imagem foi produzida pelo ilustrador Miles Teves, intitulada *Amistad - Slave Auction – 2008* (Amistad – Leilão de Escravos - 2008). *Amistad* também é o nome de um filme, categorizado como drama histórico, produzido por Steven Spielberg (1997) e baseado em fatos reais, que trata do tráfico negreiro, das condições de captura e transporte, da luta e resistência dos cativos a bordo do navio *La Amistad*, uma embarcação do século XVIII.

Retomando a descrição da imagem desenvolvida pelas *Pretas Simoa*, vemos mulheres negras seminuas, constrangidas, em cima de um palanque, sujeitas ao olhar dos homens divididos em três classes: no primeiro plano, o comerciante de escravos com as mãos apontando e apresentando as mulheres como mercadoria; posicionado atrás das cativas, há um homem negro, também cativo, com chicote, fiscalizando-as; por último, os compradores espalhados pelas margens do palco.

Na referida imagem, percebemos a inquietude e o desânimo das cativas sob os olhares cobiçosos de homens brancos, que as analisam como mão de obra e também como possível objeto sexual. Ao analisar a segunda imagem, é cabível uma reflexão sobre a ideologia que atravessava aspectos socioeconômicos e culturais, que fomentou a naturalização do estupro e a desvalorização das mulheres negras no campo afetivo.

Para tratar desse aspecto sobre as interseções de gênero, concepções de sexualidade feminina, honra familiar e a ordem do Estado perpetuado nos impérios coloniais espanhóis e portugueses, Verena Stolker (2006) discorre a respeito dos aspectos ideológicos responsáveis pelo imaginário que negavam a identidade da mulher negra até a atualidade.

O código moral universalista da Igreja Católica, reforçado pela Contra-Reforma, associou explicitamente virgindade e castidade femininas, honra familiar e proeminência social, sempre de acordo com a doutrina religiosa da limpeza de sangue. Essa doutrina estruturou política, moral e simbolicamente as identidades e hierarquias sociais, bem como os seus modos de reprodução, mas também estabeleceu novos dilemas políticos e conceituais na sociedade colonial emergente (STOLKER, 2006, p. 18).

A ideologia de *Limpieza de Sangue* (Sangue Puro) estava vinculada



às qualidades morais estabelecidas pela Igreja Católica, que definia como “impuros” todos os descendentes de judeus e muçulmanos. Os primeiros eram (são) acusados de matar Cristo, ao passo que os segundos são acusados por recusá-lo como filho de Deus. Ambos terminaram classificados como uma linhagem amaldiçoada. Em meio a isto, era necessário assegurar a pureza de sangue compreendida como veículo para a transmissão da pureza de fé, das moralidades e das virtudes, de geração em geração.

No Brasil, o preconceito de sangue recaiu sobre judeus, mulatos, negros e mouros. Os índios escaparam por serem considerados pelos inquisidores como frágeis e infantis.

Retomando ao pensamento de Stolker (2006), a ameaça das hierarquias sociais estabelecidas fez com que ascendesse, no século XVIII, a concepção de *Limpieza de Sangue*, agora ocasionado pela interpretação de ameaça aos relacionamentos inter-raciais, que contrariavam a preservação da hierarquia social, da descendência genealógica, da garantia de união entre famílias socialmente equivalentes. Em resumo: os relacionamentos intrarraciais garantiam a manutenção de classe, preservando a supremacia de brancos sobre os demais contingentes étnico-raciais. Os casamentos entre castas, ou grupos hierarquicamente desiguais, desordenavam tais estruturas, que logo passaram a ser avaliados e sancionados mediante autorização ou negação. Essa concepção recaiu de forma opressora sobre os corpos das mulheres. Aquelas que pertenciam às elites tinham sua sexualidade controlada, mediante um confinamento monitorado pelo sexo masculino, que visava assegurar a virgindade até o casamento, regulado pela castidade, para garantir descendentes puros. Aos demais contingentes de mulheres pesaram abusos sexuais por homens de status social superior, que não tinham a obrigação moral de esposar mulheres de status inferior. Assim, as mulatas e negras eram considerados sem honra, não eram protegidas.

Prosseguindo com a ideia de Stolker (2006), a sexualidade feminina era controlada por homens de status superior. Tal controle garantia a uma determinada categoria a virtuosidade e o status de mulher de família; em contrapartida, penalizava mulheres de relacionamentos casuais ou concubinas condenadas ao pecado mortal. Nesse contexto, temos a naturalização do estupro e o abandono de mulheres e crianças, admitidos pela Igreja e pelo



Estado, por entenderem que as mulheres negras, brancas e não-brancas, de classes inferiores, eram despossuídas de valor, status, dignidade, respeito e afeto. Em razão desse discurso, atualmente, consoante com Claudete Alves (2008), no campo afetivo, temos a solidão da mulher negra. Na investigação realizada por Alves (2008), feita com mulheres negras na cidade de São Paulo, observa-se que, em função de um passado histórico, os homens negros preterem as mulheres negras em benefício das mulheres brancas, por enxergarem essa parceria como possibilidade de mudança na escala social e aquisição de status e prestígio social.

Explicitados os indicadores, seguimos para a segunda imagem, localizado na parte inferior (Figura 43), na qual é possível visualizar as integrantes do grupo *Pretas Simoa* em movimento, trajando preto, com papéis colados em seus corpos, contendo os índices de mortalidade, violência obstétrica e estupro, chamando atenção para os agravantes deste velho problema social: “O racismo não é um problema de negro, é um problema social brasileiro que tem que ser enfrentado na sociedade brasileira como um todo” (PRETAS SIMOA, 2014, online)<sup>14</sup>.

Prosseguindo com o trajeto em torno das visualidades e das ações realizadas pelo grupo em destaque, é preciso mencionar as publicações presentes na *timeline* das *Pretas Simoa*. Dentre os conteúdos postados, há um convite (Figura 44) para uma reunião de formação aberta ao público em geral, realizada na Praça do Giradouro, na cidade de Juazeiro do Norte. A formação teve como tema “Branqueamento e branquitude: conceitos básicos”, então inspirado no artigo “Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade”, de Ana Célia da Silva (2007, p. 88). Esta autora investiga...

[...] a existência de representações sociais dos personagens brancos no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais modelados no sentido de construir valoração positiva das diferenças fenotípicas e culturais desse grupo humano.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vM5jDtVwgd0&t=3s> Acesso em: 20/01/2019.



Figura 44: Pretas Simoa, publicação na pagina, convite para reunião de formação, 2017.



Fonte: Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/pretassimoa/photos/a.1400390696894202/1912648862335047/?type=3&theater> Acesso em: 19/08/2018

O convite foi postado juntamente com o *link* do artigo (referência para leitura) na área destinada aos comentários. Em reação à publicação, também na área reservada aos comentários, lê-se o comentário de um internauta, que compartilhou o *link* da tese de Lia Vainer Schucman (2012) – *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, que teve como objetivo “compreender de que forma a ideia de branquitude é apropriada e constituída pelos sujeitos brancos na cidade de São Paulo” (p.48).

A partir da publicação do convite para formação, vemos a abertura para a troca e o diálogo a respeito do tema e, em decorrência disso, a construção coletiva de saberes (figura 45).



**Figura 45:** Pretas Simoa, publicação na página, no convite para reunião de formação, 2017.



Fonte: Facebook. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/pretassimoa/photos/a.1400390696894202/1912648862335047/?type=3&theater> Acesso em: 07/01/2019

O plano de fundo da imagem do convite é constituído por uma composição de traçados que recorda a textura antiderrapante utilizada em tapetes, cerâmicas de calçada, luva de moto etc. Textura pertinente para tratar de um dos deslizes da história nacional, o pós-abolição na era Vargas. Período no qual vigorou o projeto de identidade nacional traçado com base nas teorias racialistas (darwinismo social, eugenia etc.), que almejaram melhorar/branquear a população através do incentivo à política imigratória.

Na composição do convite nota-se o logotipo (identidade visual) do grupo logo abaixo da reprodução da tela “A redenção de Cam” (1985), do pintor Modesto Brocos. Trata-se de uma alegoria onde vemos uma cena familiar composta pela avó (senhora de pele negra), com as mãos em posição de prece ou agradecimento, diante da filha (mulata) com o filho no colo (criança de pele clara) e o genro (branco). Segundo Roberto Conduru (2007, p. 52), a obra é “*uma alegoria do desejo de purificação racial difundido à época, de libertação dos estigmas vinculados às condições sociais dos negros*”.

Essa purificação racial ocorreria através do branqueamento. No Brasil, associaram os problemas sociais a ideia de raça. Esse pensamento



conferiu aos negros *status* de inferioridade e desprezo, no tocante que a condição de desprivilegiada desse grupo era compreendida equivocadamente como responsabilidade dos próprios. Nessa lógica, *branquear* a população brasileira resolveria os problemas. Em conexão com os estigmas anteriores, o *branqueamento* subsidiou o desejo da *branquitude*, onde a fenotipia branca se torna um modelo a ser seguido. Nesse contexto, os negros passam a procurar formas de identificação com os traços brancos. Podemos observar essa ideia de branqueamento na contemporaneidade nas intervenções realizadas sobre os cabelos afros com produtos químicos, escovas e pranchas.

Diante disso, observamos, com ênfase no uso das redes, o intuito de descortinar certos processos históricos vivenciados na sociedade brasileira, somados à compreensão do racismo enquanto ideologia que persevera, resultando em opressões de gênero e raça. Sabemos, entretanto, que essas teorias são falsas, que a humanidade não se divide por raça(s) e que os problemas sociais, econômicos e culturais do Brasil não decorrem da cor da pele de sua população. Decorrem, sim, da ausência de políticas públicas, da reforma agrária voltada à inclusão desse segmento na sociedade. Dessa forma, o conjunto de visualidades do grupo compõe um leque de referenciais teóricos e imagéticos que seduzem os internautas e os levam a conhecer conteúdos relacionados a condição, promoção e resistência da negritude.

Prosseguindo com a trama, a partir do recurso de compartilhamento, foi disponibilizado o *link* de um vídeo da *Youtuber* Gabi Oliveira (Figura 46). Atualmente com mais de 300.000 inscritos em seu canal *DePretas*, ela também possui e-mail, *Instagram*, *Facebook* e *Snapchat* com o mesmo nome de seu canal.



Figura 46: Pretas Simoa, link compartilhado na pagina, 2016.



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pretassimoa/> Acesso em: 07/08/2018.

Gabi Oliveira é formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e aborda, nas redes sociais, temas sobre relações étnico-raciais e estética negra. O vídeo compartilhado pelas *Pretas Simoa* denomina-se “Colorismo: sobre cachos e afroconveniência”<sup>15</sup>. É um termo utilizado para designar uma forma de racismo na qual os sujeitos são avaliados por sua aparência: quanto mais próximo o fenótipo e a cor da pele do sujeito com os padrões hegemônicos, maior o seu nível de aprovação e aceitação sociais. Todavia, independentemente da proximidade com o modelo hegemônico, trata-se de uma concepção racista.

No contexto brasileiro, esse tipo de preconceito recebe a seguinte classificação, conforme estudo realizado pelo sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996):

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

De volta ao conteúdo do vídeo postado pelas *Pretas Simoa*, segundo Gabi Oliveira, a motivação para fazê-lo decorre de uma discussão no *Facebook*

<sup>15</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rrcz2l-Vb5I> Acesso em 10/12/2018.

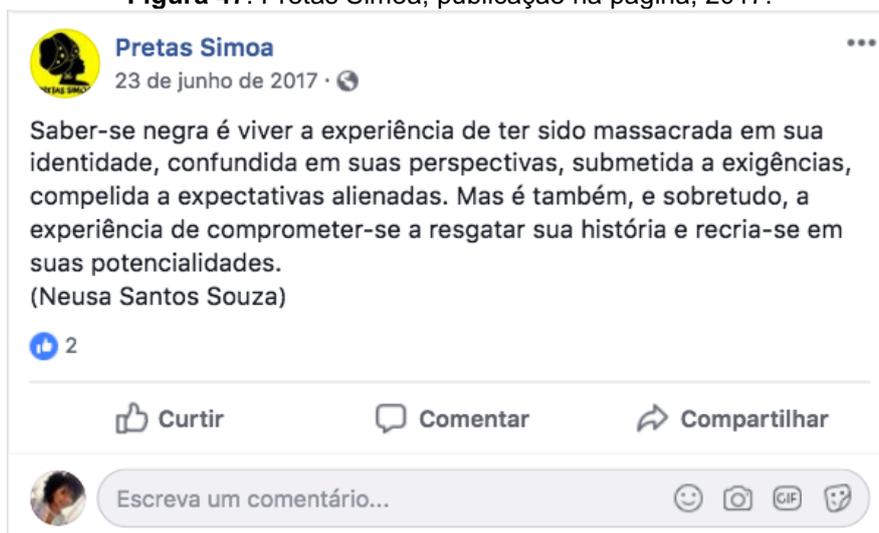


a respeito de uma moça branca que passou a se declarar como negra, mas que teve sua suposta negritude questionada por outros internautas. A partir deste fato, Gabi Oliveira fez algumas declarações, numa das quais pôs em evidência que o cabelo cacheado não é sinônimo de negritude. Ela apresenta uma foto da atriz estadunidense Sarah Jessica Parker, que possui cabelos cacheados.

O vídeo ainda menciona a “afroconveniência”, denunciando que o desejo de ser negro dos sujeitos não-negros em um país racista se justificaria pela vantagem em obter *likes*, fechar contratos com empresas e usufruir de políticas de ação afirmativa, incluindo o sistema de cotas raciais e sociais. Também aponta um indicativo para o público que alimenta dúvidas em relação à sua etnia; que os sujeitos vistos como negros não passam despercebidos no plano social, sendo alvos de violência racial.

A respeito dessa questão, temos uma referência compartilhada pelo grupo para complementar (figura 47):

**Figura 47:** Pretas Simoa, publicação na página, 2017.



Fonte: Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pretassimoa/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/pretassimoa/?ref=br_rs) Acesso em: 07/08/2018

Por fim, Gabi Oliveira sugere aos sujeitos não-negros que, ao invés de querer reivindicar uma suposta negritude dada pelo sangue, procurassem aproveitar o privilégio do trânsito entre oprimidos e opressores para discutir e combater o racismo. Este tema, compartilhado pelas *Pretas Simoa*, chama a atenção para a responsabilidade da autodeclaração e para o reconhecimento do preconceito racial embutido nas tonalidades do colorismo.



É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996, p.59).

São questões como essas, também abordadas por coletivos de mulheres negras da África, da América Latina e do Caribe – também colocadas à margem pelos centros hegemônicos (Estados Unidos, China e Europa) –, que as *Pretas Simoa* abordam em seus protestos. Elas marcham para combater as estruturas do poder econômico em 25 de julho, dia da Mulher Negra Latina e Caribenha (Figura 48).

**Figura 48:** Pretas Simoa, publicação na pagina, marchas das mulheres negras no Cariri, 2016.



Fonte: Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/pretassimoa/photos/a.1400390696894202/1660900677509868/?type=3&theater>Acesso em: 20/01/2019.

Para encerrar este capítulo, percebe-se a potencialidade da atuação *ciberativista* do Grupo de Mulheres Negras *Pretas Simoa*. Este atua no combate ao racismo, com vistas ao fortalecimento da identidade pessoal de suas integrantes e de outras mulheres negras – não somente as cearenses –, tendo como uma de suas estratégias de ação o *aquilombamento* por meio das redes sociais virtuais.



## 5

### CONCLUSÃO

Ao realizar a presente pesquisa, objetivamos compreender a partir do estudo de visualidades a operação do racismo e as iniciativas de resistência a esse fenômeno na sociedade contemporânea. O trabalho empírico envolveu as narrativas visuais autobiográficas antirracistas da autora e as visualidades da página do *Facebook* do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa), com o intuito de verificar o impacto do racismo sobre a subjetividade das mulheres negras da região do cariri e suas formas de luta perante esse discurso. Para tanto, conduzimos esta reflexão a partir da abordagem da cultura visual à luz do pensamento de Hernández (2011). A escolha em pesquisar visualidades antirracistas de mulheres negras no Cariri cearense, também se formula como um ato político em oposição ao racismo.

No capítulo de abertura, realizou-se, em primeiro lugar, uma revisão de literatura, servindo-se dos estudos de Schwartz (1993), que discorre sobre as teorias *racialistas* e *eugenistas*, que deram base aos determinismos biológicos, que consagravam o homem branco europeu como referência de raça evoluída. Tendo em consideração os efeitos dessas teorias, trouxemos Saartjie Baartman (1789 – 1815), conhecida como Vênus Hotentote, que teve suas características morfológicas utilizadas para personificar a inferioridade e hipersexualização das mulheres negras em detrimento ao padrão legitimado. Vimos o quão nocivo foi a encarnação desse discurso sobre sua subjetividade, suscitando sua prostituição e morte aos 26 anos de idade.

Em oposição a essas teorias, tivemos os estudos genéticos, estudos culturais e feministas que originaram mudanças epistemológicas na historiografia das artes visuais. Como deslanche, trouxemos o trabalho da artista visual feminista negra, Renée Cox (1994), que se apropriou dos marcadores corporais que levaram a desumanização de Saartjie, para criticar os padrões hegemônicos que ainda agridem as mulheres negras na contemporaneidade.

Para compreender a operação desses marcadores raciais e sociais, contamos com os estudos interseccionais discutidos nessa literatura por Carneiro (2003) e Crenshaw (2004), que reconhecem que as varáveis de gênero

e raça potencializam a operação do machismo e do racismo ocasionando processos sociológicos de opressões específicos. Para tanto, trouxemos os dados do IPEA, sinalizando que a taxa de desemprego é maior entre as mulheres negras do que entre as brancas. Aqui temos, entre os estigmas, o critério de boa aparência. Essa variável também causa o preterimento das mulheres negras nas relações conjugais, ao passo que os próprios homens negros passam a se esposarem de mulheres brancas por elas serem lidas como “objetos” de admiração social. Complementando, temos as considerações, Lima (2018), problematizando que ser negro no Brasil condiciona sua mobilidade social. Mesmo com superação das barreiras educacionais, temos a desigualdade salarial, e os indicadores de violência, nas quais a taxa de homicídios é superior em comparação com a população branca.

No caso do capítulo II, observamos produções da mídia hegemônica que estereotipam e invisibilizam as mulheres negras em seu circuito exemplificado pela empregada Zezé, personagem da atriz Claudia Protásio na novela Avenida Brasil (2013). Problematizamos como esse referencial imagético implicou na construção da identidade da autora e rendeu a auto baixo-estima dela. Em resistência a essa opressão, no mesmo capítulo, contamos como as narrativas visuais autobiográficas do processo de empoderamento da autora registrado pela linguagem da fotografia. Nesse processo, temos o acolhimento de sua ancestralidade negra, literalmente a partir de um corte, efetuado sobre o cabelo quimicamente liso da autora, para o florescer do seu cabelo crespo. Trata-se de uma narrativa que exemplifica que o racismo, como outras modalidades de saber e de poder, ramifica-se e se instala em cada sujeito. Mesmo a pessoa negra reage, sem pensar nos efeitos, ao tentar se moldar ao que lhes é exigido. À medida que se apropria de conhecimentos e atitudes de resistência, modifica seu comportamento em busca da liberdade em relação ao que lhe oprimia subjetivamente.

Já no capítulo III, vimos as redes sociais *online* utilizada para o ciberativismo do Grupo de Mulheres Negras – *Pretas Simoa*. Nessa experiência, a interface serve-se de ferramenta para comunicação social em prol da promoção da negritude e também de enfrentamento contra o racismo. Entre elas, destacamos algumas iniciativas – as chamadas que convidam a população para agregar em reuniões de formações sobre a negritude, já como atitude de

resistência a visualidades racistas – temos a releitura empoderada da imagem compartilhada pela atriz Sheron Menezes com as candidatas a Globeleza. Na versão das *Pretas Simoa*, elas utilizam um código de barra exibido sobre seus corpos em oposição a mercantilização dos corpos das mulheres negras.

Culminando essa reflexão, observa-se hoje no Brasil a desigualdade socioeconômica, consequência da pós-abolição sem proposta de integração dos ex-cativos na sociedade capitalista, e a desigualdade sociocultural em decorrência do machismo e do racismo edificados dentro desta cultura. Verificou-se as potencialidades do ciberativismo nas redes sociais *online* em função do pertencimento e da valorização da identidade das mulheres negras. Por fim, conclui-se que, para além de um registro visual, as narrativas visuais autobiográficas antirracistas da autora são uma forma sensibilização e denúncia das estruturas padronizadoras tradicionais. Essas visualidades, por vezes, registraram o processo da abertura e sanção de uma ferida na história de vida da pesquisadora, que felizmente teve um desfecho positivo; todavia, nem todas as histórias terminam como contos de fadas: podem culminar em tragédias, como as que acometeram a vida de Saartjie Baatman (1789 – 1815) e Marielle Franco (1979 – 2018), vítimas dos intercruzamentos dos marcadores raciais e sociais que oprimem, regulam, exploram e matam a subjetividade das mulheres negras. Fechando, retomo a afirmação do Grupo de Mulheres Negras (Pretas Simoa) na ação “Tribunal de Rua”, declarando que o racismo não é um problema dos negros, mas sim, da sociedade como um todo. A luta e a vigilância continuam, avante

## REFERÊNCIAS

ACASO, Maria. Del paradigma modernista al posmuseo: seis retos a partir del giro educativo (¿Lo intentamos?) In: **Perspectivas: situación actual de la educación en los museos de artes visuales**. Madrid: Editorial Ariel/Fundación Telefónica, 2011.

ALCÂNTARA. Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.8, n.23, jun.-set. p. 73-97, 2015.

ALVES; José Felipe de Lima, GOMES; Hayane Mateus Silva. **Ritos pós-morte e práticas simbólicas: Maria Caboré e o imaginário social na memória fúnebre da cidade do Crato – CE**. 31 Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF, dez, p.1-9, 2018.

ARNOLD, Dana. **Introdução à História da Arte/ Dana Arnold**: [tradução Jaqueline Valpassos]: Revisão técnica Maria Beatriz da Rocha Lagoa. São Paulo: Ática, 2008.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. **Entre sentidos e significados: um estudo sobre visões de mundo e discussões de gênero de jovens internautas**. 2012. 244, [9] f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte**. Cosac Naify, São Paulo, 2006.

BITENCOURT, Naiara Andreolli. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**. Brasília, ano 1, V.1. n.1. jan/jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758/11894>. Acesso em: 26/08/2018.

BITENCOURT, Renata. **Feminismo, arte e a representação da mulher negra**. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 7(13), 237-251, (2018). Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17788> Acesso em: 21/08/2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Revista Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>\_Acesso em: 27/09/2018.

CAMPOS, Eduardo. **Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará**. Secretaria de Cultura e Desportos, Fortaleza, 1984.

CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. **História da África nos anos iniciais do ensino fundamental: os Adinkra**. Salvador: Artegraf, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> Acesso em: 29/09/2018

CASHMORE, Ellis. **Dicionário das relações étnicas e raciais**. Tradução: Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1. 1999.

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-Brasileira**. 1. ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

COSTA; Maria Dasdores Gonçalo, ALCÓCER; Juan Carlos Alvarado, DOMINGOS; Luís Tomás, PINTO; Olienaide Ribeiro de Oliveira, SILVA, Maria Luciene da. **Movimento negro cariri: digressão histórica reflexiva**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.15 n.28; p.1398-1412, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, (2004). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 07/08/2018.

DANTO, Arthur C. **Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história**. São Paulo: Odysseus Editora/Edusp, 2006.

DIAS, Belidson. **Acoitamentos: os locais da sexualidade e gênero na arte/educação contemporânea**. Visualidades. Revista do Programa de Mestrado em Arte e Cultura Visual. v. 4, n.1. p. 101- 131, 2006.

\_\_\_\_\_. **Preliminares: A/r/tografia como Metodologia e Pedagogia em Artes.** In: XVII CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL, CONFAEB. Anais. Florianópolis: UDESC, p. 1-8, 2007.

\_\_\_\_\_; IRWIN, Rita (Orgs.). **Pesquisa educacional baseada em Arte: A/r/tografia.** Santa Maria, RS: UFSM, 2013.

DUNCUN, Paul. Por que a arte-educação precisa mudar e o que podemos fazer. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos.** Santa Maria: Ed. da UFSM, p. 15-30, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: **Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** pp.231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária (1995).

FRANCA, Luka. **Xuxa, Combate ao Racismo e 4 gerações de Paquitas Brancas.** Geledés, 09/04/2015, [online]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/xuxa-combate-ao-racismo-e-4-geracoes-de-paquitas-brancas/>. Acesso em: 12/09/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo.** Claridade, São Paulo, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz - corpo e cabelo como símbolos da identidade negra -** 2a edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOOGLE. **Dossiê BrandLab - A busca por diversidade no Brasil,** 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-> Acesso em: 28/08/2018.

GOOGLE. **Dossiê BrandLab: A Revolução dos Cachos**, 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/> Acesso em: 27/08/2018.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, 1997.

HALL, Stuart. **"Quem precisa da identidade?"** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **El trabajo de la representación**. In: *Representation: Cultural Representations and signifying practices*. London, Sage Publications, 1997, p. 13-74. Trad. Elías Sevilla Casas. Disponível em: <http://www.ramwan.net/restrepo/hall/el%20trabajo%20de%20la%20representacion.pdf>. Acesso em: 08/04/2018.

HERNÁNDEZ, Fernando. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. (Orgs.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Editora UFSM, p. 31-50, 2011.

MARQUES, Janote Pires. **Negro na História do Ceará; Abolicionismo; Irmandades do Rosário**, 2013. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1830> Acesso em: 03/12/2018.

MARTINS, Marinildes Pereira. **O negro cristalizado: a permanência de estereótipos, distorções e preconceitos na teledramaturgia brasileira**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Raimundo. Porque e como falamos da cultura visual? – **Revista Visualidades**, [S.l.], v. 4, n. 1 e 2, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/VISUAL/article/view/17999/10727>. Acesso em: 31/06/2017.

MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. Pesquisa narrativa: concepções, práticas e indagações. In: **Anais do II Congresso de Educação, Arte e Cultura -CEAC**. Santa Maria: p. 1-12, 2009. Disponível em: [https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/up/778/o/2012100\\_Apontamentos\\_sobre\\_o\\_processo\\_de\\_investigar.pdf](https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/up/778/o/2012100_Apontamentos_sobre_o_processo_de_investigar.pdf) Acesso em: 19/11/2017.

MERCER, Kobena. Black hair/ Políticas de estilo. In: **Histórias afro-atlânticas- Antologia**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake/MASP, p. 63 – 81, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de Educação Sobre Negro na Sociedade Brasileira Niteroi: EDFF, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Márcia. **Justiça racial: sociedade e Estado em prol da igualdade**, 2018, [online]. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/justica-racial-sociedade-e-estado-em-prol-da-igualdade-por-marcia-lima> Acesso em: 15/11/2018.

NASCIMENTO Erinaldo Alves do. **A Cultura Visual no Ensino de Arte Contemporâneo: singularidades no trabalho com as imagens**. Arte na escola, 2012. Disponível em: <http://artenaescola.org.br/sala-de-leitura/artigos/artigo.php?id=69354>. Acesso em: 05/03/2018.

NASCIMENTO Erinaldo Alves do. Versões em imagens e os desafios da educação infantil. In: Raimundo Martins e Irene Tourinho (orgs). **Cultura Visual e Infância: Quando as imagens invadem a escola**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **O Corpo da Mulher Negra**. Site Antroposmoderno, [online]. Disponível em: [http://www.antroposmoderno.com/antroarticulo.php?id\\_articulo=313](http://www.antroposmoderno.com/antroarticulo.php?id_articulo=313). Acesso em: 14/12/2018.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo soc. [online]. vol.19, n.1, p.287-308, 2007.

OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais. In: I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016, Sergipe. **Anais I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, Sergipe: 2016. P. 810-823. Disponível em: <file:///D:/Downloads/6080-17303-1-PB.pdf>. Acesso em: 19/11/2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão** / Ana Cláudia Lemos Pacheco; Isabel Cristina Ferreira dos Reis. - Salvador-BA: ÉDUFBA, 2013.

PEREIRA, Alexandre Adalberto. Estereótipos desenhados, identidades projetadas. In: Raimundo Martins e Irene Tourinho (orgs). **Cultura Visual e Infância: Quando as imagens invadem a escola**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

PEREIRA, Luena Nunes, A construção da Ideia de Raça. In: Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (Organizadores) **Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

PINTO, Lícia Marta da SILVA. As diferenças nas representações de empregadas domésticas/mordomos em novelas brasileiras. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1113-1.pdf>. Acesso em: 13/11/2017.

PONTALIS, Jean Bertrand (1991). **Uma cara que não agrada**. In: Perder de vista. Rio de Janeiro: Zahar.

RATSS, Alex. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, v. 7, n. 12, p. 03-16, 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/527>. Acesso: 10/01/2019.

RATSS, Alex. **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Cristina Rodrigues Holanda[organizadora]. – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secult/Imopec, 2009.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. **Revista SUR**, 24, v.13 n.24, p. 99 – 104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. Rapunzel, cabelos que tocam o céu: a arte contemporânea como tratamento artístico/cosmético/estético dedicados aos capilares crespos. **Revista Estúdio, artistas sobre outras obras.** (20), p. 20-29, outubro-dezembro 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/est/v8n20/v8n20a02.pdf> Acesso em: 06/09/2018.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. In: **Revista África e Africanidades** – Ano 2 - n. 5 - Maio. Disponível em: [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com) Acesso em 21/06/2017.

Schucman, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana,** São Paulo, 2012.  
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1983734810611>>. Acesso em: 26/01/2018.

\_\_\_\_\_. (2010). **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão.** *Psicologia Política*, 10 (19), 41-55. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/150879982/Racismo-e-Antirracismo-a-categoria-raca-em-questao>>. Acesso em: 26/01/2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. **O que estudam os estudos da cultura visual?** *Revista digital do LAV- Santa Maria*, 2014, v. 7, n. 2, p. 196-215, maio/agosto. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1983734810611>>. Acesso em: 10/09/2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, p.87-101, 2007. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf> Acesso em: 21/11/2017.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SIMOES, Isabela de Araújo Garcia. A sociedade em rede e a Cibercultura: Dialogando com o pensamento de Manuel Castells e Pierre Levy na era das novas tecnologia e comunicação. **Revista Eletrônica Climática**. Ano V, n.05 – Maio/2009.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA. Marilucia Antônia; SILVA, Daiane Patrícia Feitosa da. OLIVEIRA Claudimara Barboza de. SILVA. Joselina da. Preservação da memória: Uma análise das falas das senhoras negras do cariri. In: **IV Encontro Universitário da UFC no Cariri**, Juazeiro do Norte: 2012. Disponível em: <https://encontros.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2012/paper/download/782/906> Acesso em: 21/11/2017.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1), p. 15-42, 2006.

TVARDOVSKA, Luana Saturnino. Autobiografia nas artes visuais: Feminismos e reconfigurações da intimidade. **Labrys, études féministes/ estudos feministas**, p. 1-23, jan/jun. 2010.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 116 p. 2008. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/e5s50> Acesso em: 07/09/2018.

WALKER, Alice. **Cabelo oprimido: um teto para as idéias**. Geledés, 12/07/2011, [online]. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/cabelo-oprimido->

e-um-teto-para-o-cerebro/. Acesso em: 10/08/2018.